- **Salgueiro Maia** herói do Carmo para a História
- **João Luís** estórias e arte de um engenheiro militar

25 referencial

Boletim da Associação 25 de Abril ■ Director: Pedro Pezarat Correia ■ Nº 67 ■ Abril – Junho 2002

28 anos

de Abril

Este espaço é especialmente dedicado aos leitores. As cartas devem conter claramente a identificação e morada do seu autor. *O Referencial* reserva-se o direito de omitir a identificação se para tal for solicitado e de, por razões de espaço, editar (ou não) a correspondência recebida, na íntegra ou parcialmente.

Restaurante da Associação

Levado por um amigo tive a oportunidade de almoçar recentemente no restaurante da Associação 25 de Abril. Não sabia da sua existência e quero dizer-lhe sr. Director que a impressão foi excelente. Encontrei um espaço amplo, cheio de luz, um serviço muito agradável com empregados afáveis e competentes, e um cardápio muito interessante em termos de qualidade/preço. Desejo, sobretudo, salientar a variedade de vinhos, muitos deles para mim ilustres desconhecidos, de boa qualidade e preço convidativo.

José Queirós
Queluz

Comemorações do 25 de Abril

Sou da geração dos anos 60. Vivi o 25 de Abril com a emoção de quem recebe uma prenda de há muito desejada. Com paixão e muito entusiasmo acompanhei e testemunhei os tempos da construção da Segunda República. Habituei-me a passar os meus filhos e aos seus amigos as estórias da Revolução e a testemunhar-lhes as esperanças das portas que Abril rasgou. Nestes anos passados sempre festejei o 25 de Abril, em família, com os amigos, com o povo na rua. Às vezes dou comigo a pensar: quando a minha geração passar, quem ficará para festejar o 25 de Abril?

Associado identificado
Porto

Remodelação de «O Referencial»

Li com agrado a nota do director no último número, onde referia estar em preparação «uma remodelação gráfica que contamos poder apresentar na próxima edição». Saúdo a decisão e fico na expectativa para ver no que dá. Creio tratar-se de um trabalho urgente e necessário, pois a Associação 25 de Abril bem merece ter uma revista moderna e agradável de ler. Aceitam um conselho: melhorem a qualidade fotográfica e do papel e, já agora, apresentem os textos em espaços rasgados que propiciem boa leitura. Bom trabalho e felicidades.

Jorge Araújo
Portimão

O Referencial
O artigo sob o título «A marca da esquerda», da autoria de David Martelo, devia ter saído com título: « A marca de esquerda. As nossas desculpas aos autor e leitores.

editorial

MFA e UMD

O Referencial é, mais uma vez, objecto de uma mudança redactorial e gráfica. O que, à partida, ousamos julgar positivo, na medida em que é expressão de um ser vivo, em constante evolução. Esperemos que, mais uma vez, a mudança corresponda a um salto qualitativo, como pensamos terem sido as anteriores promovidas sob a nossa direcção.

Com a saída do director-adjunto Cardoso Fontão e do editor Mário Figueiredo, como anunciámos no último número, assumiu as responsabilidades de editor o nosso associado José António Santos, nome prestigiado do jornalismo português e, actualmente, editor executivo adjunto do *Diário de Notícias*. É um reforço assinalável para a nossa equipa de trabalho e o novo impulso de *O Referencial* traz já a sua marca.

O enriquecimento gráfico terá já tradução no presente número, todo ele a cores, o que também representa um esforço da Direcção no suporte do agravamento dos encargos financeiros.

Mas queremos também melhorar o conteúdo e, para isso, teremos de ser mais exigentes na selecção das colaborações. E projectamos dar continuidade à prática, que com esta edição inauguramos, de incluir em cada número um caderno biográfico, dedicado a associados da A25A, cujas vidas e obras mereçam ser conhecidas, porque tenham histórias a contar, confidências a revelar, actividades culturais a divulgar ou experiências a partilhar. Se *O Referencial* é o elo de ligação entre os associados da A25A, também deverá ser o veículo para nos darmos a conhecer uns aos outros.

Incluímos no presente número uma referência especial à Unión Militar Democrática (UMD), que foi o movimento irmão do MFA em Espanha.

Em 15 de Junho passado, os membros da ex-UMD ("ex" porque a organização se autodissolveu quando a democracia se implantou em Espanha, o que correspondera a uma convicção de missão cumprida), comemoraram em Madrid, numa jornada inesquecível, os 25 anos da sua dissolução. Jornada onde a A25A esteve representada por Vasco Lourenço e Martins Guerreiro (a Direcção de *O Referencial*, também convidada, não pôde estar presente) e na qual também se comemorou Abril.

Temos mantido, com alguns camaradas da UMD, uma relação fraterna. Um desses camaradas, que foi mesmo um dos mais ilustres e destacados fundadores da UMD, Júlio Busquets, deixou-nos recentemente, como nos dá conta a impressiva peça do nosso amigo Luis Otero, cuja tradução incluímos no caderno, a qual também nos relata a génese da UMD.

MFA e UMD tiveram, certamente, origens, percursos e desfechos diferentes. Mas tiveram também muito em comum e deixam uma mesma mensagem de imenso significado sociológico para os profissionais militares. A de que é possível, apesar de todos os condicionalismos inerentes à especificidade da condição militar, quando umas forças armadas se deixam comprometer com um sistema político ditadorial do qual são mesmo um dos principais pilares, emergir um grupo de cidadãos-militares conscientes, que assumem o único lado onde, sem ambiguidades, a instituição militar se deve posicionar – o lado do seu povo, único detentor legítimo da soberania. E que tal constitui mesmo uma questão de honra.

Assim aconteceu em Espanha, como em Portugal.

referencial

Propriedade: Associação 25 de Abril
Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração n.º 104/2002, DR-II Série, n.º 91 de 18 de Abril)

Presidente da Direcção:
Vasco Lourenço

Director:
Pedro Pezarat Correia

Editor:
José António Santos

Colaboradores:
Artur Custódio da Silva, David Martelo, Fernando da Vaza Pinlheiro, José Barbosa Pereira, José Fontão, Luis Galvão (Bridge), Luís Vicente da Silva (cartoon), Maria Rodrigues (Delegação Norte), Nuno Fisher Lopes Pires, Nuno Santa Clara Gomes

Sede nacional, Administração e Redacção
Associação 25 de Abril
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 Lisboa
Telf.: 21 324 14 20
Fax: 21 324 14 29
E.mail: a25a.aec@25abril.org

Delegação Norte
Escadas do Barredo, 120 R/C Esq.º
4050-092 Porto
Apartado 4678
4012-001 Porto
Telef./Fax: 22 203 11 97
E.mail:a25a_norte@hotmail.com

Delegação Centro
Apartado 3041
3000 Coimbra

Delegação do Alentejo
Rua Sacadura Cabral
7570 Grândola

Delegação do Canadá
153 Hamilton St
Toronto-Ontário M4M 2C9

Execução Gráfica
Narciso Comcia Artes Gráficas, Lda.
Rua Ferreira Chaves, 2 –A e 12-A
1070-127 Lisboa
Telf. 21 388 26 29
Fax 21 383 26 78

Tiragem: 4 000 exemplares

Distribuição grauita

Depósito legal n.º 32 998/89

Maia para os amigos Herói do Carmo para a História

MARIA MANUELA CRUZEIRO

À Natércia Maia, e aos amigos João Paulo Guerra, Manuel Freire, Carlos Mendes, cor. Garcia Correia, cor. Matos Coelho, dr. Mateus Roque, José Valbom e Zeferino Silva.

LEMBRAR Salgueiro Maia, o homem, convocando memórias de amigos mais intimos, num encontro especialmente dedicado aos jovens, àqueles com quem ele preferia comemorar o 25 de Abril (por norma não comparecia nas sessões oficiais) para que não confundissem o nosso com outro 25 de Abril (o da libertação da Itália do fascismo…) foi o objectivo da homenagem que lhe foi prestada em Santarém, no âmbito das Comemorações de mais um aniversário da Revolução.

Aparentemente uma homenagem igual a tantas outras que depois da sua morte se têm multiplicado, em tão gritante contraste com o silêncio distraído ou cúmplice com que em vida se assistiu à marginalização sistemática, à verdadeira perseguição de que foi vítima. Foi preciso morrer para então lhe serem prestadas todas as honras, num coro de inquietante unanimismo que, acredito, o incomodaria tanto ou mais do que as injustiças e humilhações que lhe doíam a título pessoal, mas mais ainda porque sabia visarem um colectivo a que se honrava de pertencer e que dignificou como ninguém: os "implicados no 25 de Abril"… Como lembrou Matos Gomes, aquando da entrega da mais alta condecoração nacional (Ordem Militar da Torre e Espada), à viúva, Natércia Maia, "se é legítimo pensar que em vida nunca lhe outorgariam esta condecoração, a verdade é que até a sua morte foi um acto revelador das suas excepcionais qualidades, pois de novo congregou companheiros e amigos e neutralizou os que, ao arrepio das suas consciências, mais uma vez, como no Terreiro do Paço, como no Carmo, como no dia do seu funeral, tiveram de se vergar perante ele."
(*O Referencial*, n.º 27).

*

Mas não foi disso que se falou nesta homenagem que eu dizia ser só aparentemente mais uma. Não se falou do passado, e dos seus fantasmas, apesar de evocarmos alguém já desaparecido. Não evocámos a memória de Salgueiro Maia em litanias de soturna melancolia, tão ao nosso jeito, mas tão ao contrário do recado que nos deixou: que no seu enterro cantássemos *Grândola* e a *Marcha do MFA*.

Traçámos-lhe um perfil a partir do muito que generosa e espontaneamente ele foi distribuindo por quem teve o privilégio de o conhecer. E o que é a vida, senão este caminhar para a memória que os outros guardarão de nós? Maia pode orgulhar-se de ter deixado marcas muito fortes que o passar do tempo, ao invés de apagar, mais aviva e ilumina. Dos camaradas de armas, aos companheiros de farra, aos amigos de todas as horas, os testemunhos multiplicaram-se, tocantes de sinceridade, não raro atravessados pela emoção, mas incisivos no retrato a corpo inteiro de uma personalidade e percurso incomuns.

E no entanto, ouvindo esses testemunhos humanos (onde colaborei o melhor que soube e pude…), a perplexidade foi crescendo em mim e acredito que nos restantes convidados: aqueles jovens para quem quisemos passar uma versão humanizada de um herói, respeitando, aliás, a sua natural relutância em galgar tão alto patamar (fazia questão de dizer que não acreditava em heróis, só em homens a sério…), terão captado a imagem mais fiel e verdadeira de Salgueiro Maia, ou apenas uma aproximação grosseira em que a nossa memória, o melhor da nossa memória, teimava em o aprisionar?

E quanto mais tentava recordar o homem concreto, mais os seus contornos se diluíam cedendo à sua recriação no belo filme *Capitães de Abril* e, mais ainda, retinha as palavras de Maria de Medeiros, em resposta a reparos de alguma falta de rigor histórico no tratamento do personagem: "Às vezes não é contando com rigor como tudo aconteceu, como as coisas se passaram que se entende o seu significada mais fundo…"

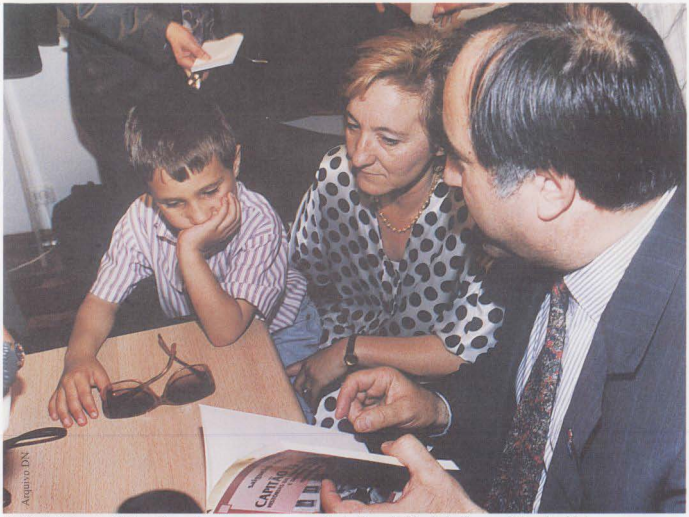
Então, entre o Maia que todos conhecemos e o herói do Carmo que zonas de proximidade e de afastamento? O que há de comum entre o menino que, estranhamente não gostava de futebol e, ao contrário, preferia os jogos de guerra, exibindo um particular gosto em organizar e comandar, e o capitão operacional que na hora da verdade não hesita um segundo: "eu é que vou…"? Entre o feroz individualista, avesso à cadeia de comando, e o militar exemplar, louvado por chefes e venerado pelos seus homens? Entre as notáveis qualidades de "aprumo, lealdade, disciplina, etc, etc," e esse gosto em incomodar, em provocar, organizando verdadeiras reuniões conspirativas (ao som das canções de resistência) nos intervalos da guerra?… Entre a rígida formação militar que recebeu e a tão oposta visão cultural dos povos que aprendeu a conhecer e a admirar?

O que há de comum entre a total ausência de vaidade com que rudemente responde à glorificação fácil com um "fiz apenas o que tinha que ser feito", e o orgulhoso desprendimento com que rejeita, para gáudio de inimigos e desespero de amigos, qualquer cargo político-militar, a uns e outros desarmando, sereno mas definitivo: "Foi de tal maneira belo, que depois dele nada mais digno pode acontecer na vida de uma pessoa" ?

O que há de comum entre a sonora gargalhada à Maia e aquela nuvem de tristeza que lhe tolda o olhar, mesmo na felicidade, tão intensa quanto breve, que lhe foi dado viver? Ou entre a brusquidão e rispidez dos gestos, o trato difícil feito de teimosia e obstinação, por vezes de mordacidade extrema, e a ternura envergonhada e fugidia que não regateou àqueles de quem gostava?

Arquivo DN

Se quisermos preservar as sementes do sonho, aquele fio de azul que haverá sempre em todos os escombros, reencontrar-nos-emos sempre com Manuel Alegre, cronista-mor de reinos imaginários (e tão reais) : "Diz-se o teu nome e sais de Santarém/ trazendo a espada e a flor da liberdade" ou com João de Melo: "Oficial e cavalheiro que sou, entrarei firme nos portões do Carmo, e ninguém saudarei pelo caminho…"



Natércia Salgueiro Maia e Vasco Lourenço no lançamento do livro do Herói do Carmo, Salgueiro Maia

A nossa situação tinha esta singularidade: queríamos falar do homem, mas não podíamos ignorar o herói. Queríamos falar do Maia, mas o herói do Carmo sobrepunha-se. Involuntariamente caminhávamos para o núcleo do mistério. Pensando decifrá-lo mais o adensávamos. Tentámos responder à pergunta: Como nascem os heróis? Pareceu-nos que a nossa específica condição de amigos, de testemunhas directas, nos tornava intérpretes privilegiados. Falámos muito do homem, das suas qualidades de determinação, coragem, frontalidade, inteireza, coerência, lealdade. Somámos episódios, vivências, experiências, e até lembrámos a fala premonitória: "Havia de ser bonito… eu pela Avenida da Liberdade abaixo… até ao Terreiro do Paço…", como se tudo isso formasse um capital valioso que o predestinava a grandes feitos, pelos quais entraria discreta e directamente na história. No limite fizemos uma leitura retrospectiva do passado, de modo a demonstrar a longa e determinada preparação para o heroísmo.

Esquecemos que ninguém se prepara consciente ou inconscientemente para um momento a todos os títulos improvável. Ninguém se prepara para um gesto, um acto desmedido na sua natureza e nas suas consequências. Um acto heróico. As excepcionais qualidades do Maia, soberbamente comprovadas na jornada que mudou a sua e as nossas vidas, e sem as quais nada teria sido como foi, terão sido condição necessária mas não suficiente. Entre o Maia que saí de Santarém e o herói do Carmo operou-se um salto que na ordem do biográfico é de horas, mas que na ordem do simbólico suspende o próprio tempo.

Não estamos já na ordem da causalidade histórica, psicológica ou outra, mas na ordem do imponderável, ou se quisermos, nesses raros momentos em que a história marca encontro com os seus agentes, e como que passa através deles, servindo-se até do que noutros planos pode parecer defeito. Porque se é verdade que a história é um rio silencioso em que soçobram os sonhos mais ambiciosos e exaltantes, não o é menos que é deles que se alimenta esse imenso caudal de onde, de longe em longe, sobem à tona sementes à espera de ventos propícios. É essa a hora dos heróis, sujeitos e agentes da história, através dos quais ela se redime do seu aparente e enigmático não sentido. Foi essa a hora do Maia, embora ele não o soubesse ou o soubesse de uma outra maneira: "O herói a si assiste, vário e inconsciente…". A sua grandeza foi, glosando a tragédia grega, enfrentar o Minotauro insaciável e não adiar o tempo e a vitória que, no dizer de Francisco Sousa Tavares, "veio ter com ele, obediente e fascinada". No Carmo, Salgueiro Maia foi mais, muito mais, do que a soma de todas as suas qualidades. Foi maior e melhor do que ele próprio, porque arrastado por forças mais poderosas do que ele: "Aqui ao leme sou mais do que eu…"

Nós, que conhecemos o homem e o herói, e fomos testemunhas maravilhadas e incrédulas dessa prodigiosa metamorfose, tentámos integrá-los num todo. Não o conseguiremos nunca. Eles já não nos pertencem. Não por falta de biografia, mas por excesso de sonho. Pouco contam as versões reais do Maia, face à intensa irrealidade do Herói do Carmo.

Poderemos sempre mitigar esse vazio e alimentar a ilusão de os ter mais perto, repetindo com Lídia Jorge :"Nós aqui soubemos logo, dois dias depois, que vocês tinham feito uma revolução. Mas nunca pensámos que chegássemos a ver os heróis!"

Mas, se quisermos preservar as sementes do sonho, aquele fio de azul que haverá sempre em todos os escombros, reencontrar-nos-emos sempre com Manuel Alegre, cronistamor de reinos imaginários (e tão reais) : "Diz-se o teu nome e sais de Santarém/trazendo a espada e a flor da liberdade" ou com João de Melo: "Oficial e cavalheiro que sou, entrarei firme nos portões do Carmo, e ninguém saudarei pelo caminho…" ■

Manisfestação popular

«TEMOS um sistema político que funciona nas suas linhas gerais cumprindo o que dele se espera, ou seja, as instituições funcionam, mexem-se, estão vivas, os homens políticos que lhes dão voz aparecem, nós vemo-los. Mas, pergunto-vos: será que nós nos identificamos com eles? Será que eles nos ouvem verdadeiramente? Será que nós, de facto, dizemos e fazemo-los ouvir o que queremos?» Estas interrogações, qual grito de alma de um capitão de Abril, fizeram ouvir-se pela voz do major Sanches Osório quando, em nome da Associação 25 de Abril, proferiu o discurso comemorativo do 28. º aniversário da revolução, no Rossio, em Lisboa, no final da manifestação popular.

O desfile, como de costume, iniciou-se no Marquês Pombal, com gente anónima, dirigentes políticos e de capitães de Abril. Chegados ao Rossio, todos se concentraram junto à tribuna para ouvirem as intervenções programadas. Usou primeiro palavra o jovem Coolman, em representação da juventude e, a encerrar a sessão, em representação da Associação 25 de Abril, o major Sanches Osório, cujo discurso, publicamos destacado na página ao lodo.

Antes usara da palavra o jovem Coolman para, em nome da sua geração, dar testemunho do 25 de Abril. É esse discurso que, na íntegra, aqui se reproduz.

«Para a "Revolução dos Cravos", a memória não tem limites. Relembrá-la é sentir, em primeiro lugar, o orgulho daqueles que a fizeram e a ela aderiram e que deixaram como principal legado uma geração, a que chamam com indisfarçável emoção "filhos da madrugada".

Vinte e oito anos após o dia 25 de Abril de 1974 cabe àqueles que nasceram, cresceram e têm vivido em Liberdade e Democracia, continuarem a lutar pela afirmação, concretização e consolidação dos valores universais contidos na "nossa Revolução".

A motivação dos que fizeram cair um regime fascista autoritário e totalitário que durante quarenta e oito anos envergonhou e oprimiu Portugal e os portugueses, deve-se em grande parte ao reconhecimento das seguintes necessidades: dignificação da pessoa humana através da criação de uma plena igualdade de oportunidades, com especial incidência na igualdade entre homens e mulheres; consolidação de uma democracia pluralista nas vertentes social, económica e cultural, que se pretende cada vez mais participada; defesa da liberdade de pensamento, de expressão, de informação e de acção no respeito pela cidadania; valorização da solidariedade para com os mais carenciados, através de um sistema de segurança social unificado; defesa dos direitos das minorias; aprofundamento dos direitos e garantias dos trabalhadores; percepção da liberdade de

(Continua na página 8)

DN: Natacha Cardoso

Milhares de pessoas - crianças, jovem e adultos - acorreram à Avenida da Liberdade para celebrar o espírito de Abril

Mensagem de Sanches Osório

«28 ANOS passados sobre o grande dia em que os primeiros "cravos" da Liberdade encheram esta mesma praça em que nos encontramos é, para mim, motivo de orgulho e enorme alegria verificar que a juventude está presente. É para ela que quero dirigir estas palavras ditas em nome daqueles que um dia disseram basta à ditadura e juraram devolver a soberania ao Povo para que a tomasse nas suas mãos e traçasse os caminhos do futuro. Como todos sabemos, os que vivemos e experimentamos esses caminhos que nos trouxeram até aqui não foram fáceis, não foram isentos de escolhos e discórdias, exigiram sacrifícios, perseverança, fé que os objectivos eram possíveis, momentos de desânimo, discórdias e incompreensões e, sobretudo, a certeza de que Portugal democrático e desenvolvido seria uma realidade apenas dependente do nosso esforço, da nossa participação, numa só palavra: da nossa vontade.

Para que essa vontade pudesse ser efectivada o Programa do Movimento das Forças Armadas continha as linhas mínimas operatórias e os instrumentos que viriam a possibilitar a construção das estruturas legais que vieram a culminar na livre e democrática feitura da Constituição da República.

No momento em que o seu compromisso de actuação terminou, os militares de Abril regressaram às suas vidas de cidadãos empenhados na vivência diária da liberdade que é a de todos os portugueses.

Foi este o percurso sintetizado que nos fez chegar aqui hoje. Dito assim, secamente, parece um caminho lógico, racional, despido de emoção. Mas a vida como todos sabemos é igualmente sentimento, emoção, paixão, amor e o dia de hoje é propício à abertura dos nossos corações, à margem daquilo que é institucional. Por isso fico feliz ao ver nos rostos daqueles que me ouvem a alegria, a festa, o desejo de gritar a plenos pulmões: Viva a Liberdade! Viva o 25 de Abril! 25 de Abril Sempre!

Estamos no ano de 2002. Portugal e o Mundo mudaram, nós próprios também mudámos e é sobre o hoje que vos quero dizer alguma coisa do que me vai na alma.

Temos um sistema político que funciona nas suas linhas gerais, cumprindo o que dele se espera, ou seja, as instituições funcionam, mexem-se, estão vivas, os homens políticos que lhes dão voz aparecem, nós vemo-los. Mas, pergunto-vos: será que nós nos identificamos com eles? Será que eles nos ouvem verdadeiramente? Será que nós, de facto, dizemos e fazemo-los ouvir o que queremos? Estas são perguntas que deixo à consciência de cada um dos meus concidadãos só podendo aqui e agora deixar as respostas pessoais.

Liberdade exige a responsabilidade, diria mesmo o dever de a exercer. Afirmar os nossos pontos de vista e expressa-los é um dever de todos os dias, não podendo calar as injustiças, os erros e o divórcio que me parece crescente entre os que fazem a política do dia a dia e os que dia a dia trabalham na edificação da cidade.

Em todos os sectores da vida social é patente um certo desânimo ao verificar-se que o poder político resiste mal à tentativa de domínio pelo poder económico. Iria mesmo mais longe afirmando como me escandalizou o despudor que levou certos "capitães da indústria" a exigirem o conhecimento prévio de quem seria este ou aquele responsável político pelo sector que mais o afectaria. Nesta perspectiva o poder económico teria sempre a última palavra a dizer.

É sabido que a política hoje se faz através e na comunicação social.

Também aqui, a imparcialidade das notícias deixa muito a desejar em relação à informação reflexo dos acontecimentos e a opinião enfeudada aos interesses que no momento estão em jogo e que quase sempre prevalecem sobre os factos. É certo que não há censura... mas talvez haja medo de perder o ganha-pão.

No âmbito que me é especialmente sensível do funcionamento da investigação criminal da justiça, não consigo perceber porque é que os jornais publicam sempre o nome de quem se deixou corromper ou de quem burlou ou roubou e nunca conhecemos as identidades de quem trafica a droga que mina e destrói a nossa juventude.

Todos temos a ideia dos milhões de euros envolvidos no tráfico de droga. Pergunto porque é que temos apenas e só conhecimento dos pequenos traficantes, eles mesmos vítimas da máquina infernal que os destrói?

Afirmo que muitas vezes não nos ouvem ou se ouvem não entendem porque vivem um mundo que não é o da cidade, da nossa cidade.

É por isso meus amigos que quero pedir-vos que cada vez mais e todos os dias participem na vida da cidade e quero exigir do sistema político uma reforma que o aproxime da cidade para que possamos como grito de vitória e palavra de esperança continuar a bradar a plenos pulmões.

Viva a Liberdade! Viva o 25 de Abril! 25 de Abril Sempre!». ■

Comemorações no Porto

Sessão evocativa. No passado dia 24 de Abril, pelas 18 horas e 30 minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, teve lugar uma sessão evocativa do 25 de Abril, para a qual foram convidados os membros da direcção da Delegação do Norte da Associação 25 de Abril. Usaram da palavra o presidente da Assembleia Municipal do Porto, o prof. Nuno Grande e o presidente da Câmara do Porto.

Espectáculo comemorativo. Na cidade do Porto, as comemorações populares do 28. º aniversário do 25 de Abril decorreram com significativa animação.

De acordo com a tradição, na noite da véspera do Dia da Liberdade, na Praça General Humberto Delgado teve lugar o espectáculo comemorativo da Revolução de 25 de Abril. Foi uma festa de poesia e música, organizada pela Associação das Colectividades do Concelho do Porto. O espectáculo contou com a participação de Júlio Couto, que recitou poesia popular, e de Arminda Pereira e Antero Monteiro, declamando poesia da Resistência. A animação musical esteve a cargo de Rui David, que interpretou vários temas de música de intervenção. À meia-noite, com a expressiva interpretação da canção «Grândola Vila Morena» pelo Coral de Letras da Universidade do Porto, viveu-se um momento evocativo pleno de emoção colectiva.

Corrida da Liberdade. Na manhã do dia 25 de Abril, pelas 10 horas, partindo do Museu Militar do Porto, teve início a já tradicional Corrida da Liberdade, prova de atletismo organizada pela Associação das Colectividades do distrito do Porto. O tiro de partida foi dado pelo presidente da Direcção da Delegação do Norte da Associação 25 de Abril, tenente-coronel Ribeiro da Silva.

Troféu da Liberdade. Na manhã do dia 25 de Abril, no Campo de Jogos da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, teve lugar um desafio de futebol de cinco. A organização desta iniciativa este a cargo da ADFA.

Homenagem aos resistentes antifascistas. A partir das 14 horas, no Jardim da Praça Soares dos Reis, face ao edifício que foi sede da extinta PIDE-DGS, teve lugar uma sentida homenagem aos que nessa casa foram torturados e humilhados e que souberam manter acesa a chama da liberdade que acabaria por vencer a ditadura em 25 de abril de 1974.

Desfile cívico. Foi com uma adesão muito considerável que se realizou este ano o Desfile da Liberdade. Partindo do Museu Militar, antigas instalações da PIDE-DGS, o desfile contou com a participação de numerosos cidadãos que quiseram celebrar a efeméride, enchendo as ruas da baixa portuense.

Festa popular. A festa popular da tarde de 25 de Abril, que decorreu entre a Praça General Humberto Delgado e a Avenida dos Aliados, iniciou-se com uma largada de pombos. Com apoio da Câmara Municipal do Porto e do Governo Civil do Porto, a festa foi animada com a participação do Teatro em Movimento de Bragança, do Grupo Folclórico de Lordelo do Ouro, do Centro Popular do Bairro do Cedro, do Grupo Musical Lamiré, do Clube de Danças de Salão, do Grupo de Lendas e Mitos e com a colaboração especial de Júlio Couto. A mensagem a Associação 25 de Abril foi lida pelo tenente-coronel Ribeiro da Silva, num momento de pausa do espectáculo. ■

Homenagem aos resistentes antifascistas na Praça Soares dos Reis

Manifestação popular

(Continuado da página 6

associação e do associativismo como parceiros na busca do bem comum; criação de melhores condições para a sobrevivência das pequenas e médias empresas; atribuição de um efectivo direito à habitação, à protecção ambiental e à preservação do património histórico e cultural; direitos da juventude nomeadamente no ensino, cultura, desporto e tempos livres, formação profissional, habitação, emprego. Contudo, todos os direitos, liberdades e garantias que conseguimos proclamar como fundamentais, mas cuja concretização ainda não nos abrange a todos, devem ser encarados como orientações prioritárias e opções de fundo, pelo que não devemos cruzar os braços quando se manifestam tendências restritivas a esse património ideológico conquistado em Abril de 1974. Assim, podemos considerar, infelizmente, que a actualidade da luta pelos valores de 25 de Abril se põe quotidianamente, devendo o aprofundamento da participação cívica e democrática de todos nós contribuir para denunciar, corrigir, reclamar, invocar, enfim continuar a construir e concretizar os ideais de todos os que lutaram pelo direito à esperança, que se transformou agora no dever da nossa oportunidade. É a própria essência da representatividade democrática que está em causa quando enfrenta com conformismo e alheamento os problemas da sociedade de que, quer queiramos quer não, fazemos parte. Por isso, a cidadania reconquistada em Abril de 1974 deve ser respeitada e exercida, com a consciência de que cada acto, cada omissão, produz um efeito no tecido social, cujas consequências recaem sobre nós próprios. Os "filhos da madrugada" têm o dever de não esquecer e de não desperdiçar uma oportunidade conquistada com exílios, tortura, censura, guerra e prisões. E numa sociedade globalizada, os filhos da madrugada devem contribuir, nem que seja com o mais pequeno gesto, para associar os valores universais de Abril às causas que se deparam ao novíssimo século: as gritantes desigualdades entre homens e mulheres, que ainda se verificam em extensas regiões do globo; o desrespeito pelos mais elementares direitos fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem; o acentuar da clivagem entre ricos e pobres (homens, mulheres, países, regiões); a morte de milhões de pessoas por falta de assistência médica e humanitária; a subnutrição; o analfabetismo; a uniformização cultural, quase totalitária; as guerras entre religiões e civilizações; a segurança de todos controlada por um; o aumento da precaridade das condições de trabalho associada ao individualismo e competitividade desenfreada; a globalização financeira e a sua repercussão na soberania e no equilíbrio dos Estados e das populações; a excessiva dependência de empresas multinacionais; a incapacidade de resposta aos problemas ambientais que ameaçam, por enquanto só a prazo, a própria humanidade; a não efectivação do direito à educação para todos; o acentuar de fenómenos raciais e xenófobos do mundo. Em Abril, o cravo não é apenas uma flor. É uma recordação, um símbolo, uma arma ao serviço da esperança, da liberdade, da fraternidade, da igualdade, da utopia.

E depois do adeus... foi apenas o recomeço – 25 de Abril sempre! » ■

Festa na Figueira da Foz

NO PASSADO dia 20 de Abril, a Delegação do Centro da Associação 25 de Abril organizou o almoço comemorativo da Revolução dos Cravos nas instalações do quartel E.P.S.T, estando presentes cerca de uma centena de sócios e convidados.

Antes do almoço decorreu no auditório do quartel uma sessão em que usaram da palavra o coronel Fernando Gois Moço, presidente da Delegação do Centro, o prof. doutor, Rui Alarcão, presidente da A.G. da Delegação do Centro e Vasco Lourenço.

Para o coronel Fernando Moço estas comemorações pretendem ser um momento de reflexão no sentido de apoio à Associação 25 de Abril e à preservação e aprofundamento do espírito que esteve na sua génese e que possamos dar contributos para que "as portas que Abril abriu jamais se possam fechar".

Rui Alarcão após ter lembrado a acção de Vasco Lourenço desde o processo revolucionário até aos nossos dias, apresentou um discurso cujo título foi o "Actualismo do 25 de Abril" e justificando o título, o orador explicou que o mesmo exprime o sentido actual de algo que se tenha passado. Significado do 25 de Abril como memória, o significado do 25 de Abril nas Forças Armadas e o significado do 25 de Abril para a Democracia, foram os três temas explanados por Rui Alarcão.

No desenvolvimento do discurso, o orador afirmou ser o 25 de Abril de 1974 um dos mais relevantes eventos do Séc. XX em todo o mundo e que influenciou muitos países na luta pelo Democracia.

"Mas nem tudo está bem, havendo ainda muitos aspectos da nossa democracia que têm de ser revistos e estudados, como seja a informação dos acontecimentos do 25 de Abril à juventude".

No que respeita às Forças Armadas, Rui Alarcão enalteceu o papel dos soldados portugueses, nas diversas intervenções em vários locais onde existem conflitos, em contrapartida a modernização não tem corrido da melhor maneira.

E a terminar afirmou que «é na democracia participativa que se joga o futuro e que continua a ser um utópico já que é sempre com satisfação que vemos as utopias a tornarem-se realidade» e como exemplo focou Timor «onde alguns anos atrás quem diria que Timor ia ser livre?»

Seguiu-se o discurso de Vasco Lourenço que após ter agradecido a presença dos sócios da Associação 25 de Abril apresentou a mensagem elaborada pela Direcção.

Presente a este evento esteve o pintor Mário Silva, autor dos convites e do cartaz comemorativo do 25 de Abril na zona centro. ■

Lembranças e afectos na Galiza

NO DIA 25 de Abril de 2002, a convite da Agrupación Cultural Alexandre Bóveda e em representação da Delegação do Norte da Associação 25 de Abril, o nosso sócio fundador e membro da Direcção, coronel Bacelar Ferreira, esteve presente nos actos comemorativos promovidos por aquela associação cívica para celebrar o XXVIII aniversário do 25 de Abril, na Coruña.

A Associação Alexandre Bóveda é uma associação nacionalista galega que realiza eventos culturais e recreativos de cariz patriótico, sempre no sentido da preservação de uma identidade própria do povo galego, da salvaguarda dos seus valores e do reconhecimento e divulgação do trabalho dos seus mais ilustres. Esta associação cívica mantém ligações com associações portuguesas de Viana do Castelo e do Porto, num intercâmbio que nos parece muito positivo. Assim, e dentro das possibilidades da Delegação, consideramos que bom seria aprofundar a relação agora iniciada, tanto mais que já em 2001 tínhamos sido contactados para estarmos presentes nas comemorações do 25 de Abril, o que não veio a verificar-se por razões de ordem logística. Nesse ano, contudo, os actos comemorativos da "Revolución dos Carabeis" contaram com a presença do cantor e compositor José Mário Branco.

É de facto notório o interesse manifestado pela Associação Alexandre Bóveda nas comemorações do 25 de Abril. O modo afectuoso como fomos recebidos e a intensa divulgação nos órgãos de comunicação social da Coruña, que pudemos constatar, são prova evidente desse interesse e do carinho com que é visto o 25 de Abril.

Este ano o programa das comemorações incluiu uma sessão, realizada na sede da associação, em que foi projectado o documentário «Hora da Liberdade» de Joana Pontes e que serviu, depois de breve intervenção do nosso representante, de ponto de partida para um colóquio muito participado.

Estiveram presentes cerca de setenta pessoas e no final, agradecida que foi, de modo muito sentido, a participação da Associação 25 de Abril, foram trocadas lembranças e manifestado o desejo de estreitar possíveis laços de colaboração. ■

Macau celebrou Abril

NO DIA 25 de Abril realizou-se no Clube Militar de Macau um jantar comemorativo daquela efeméride, o qual foi promovido pela Casa de Portugal naquela Região Administrativa Especial. O nosso consócio, general Amadeu Garcia dos Santos, a convite da Casa de Portugal, esteve presente naquele jantar e proferiu uma palestra alusiva à data e dirigiu-se a cerca de uma centena e meia de membros da comunidade portuguesa que participaram naquele jantar.

A forma como o tema foi abordado partiu de três pressupostos, a saber: a consideração que um número apreciável dos presentes seria, à época, 1974, ainda adolescente, o que os colocava numa posição de desconhecimento sobre o que se passou, das suas causas próximas e remotas e, sobretudo, dos objectivos daqueles que participaram directamente nos acontecimentos; depois, o de que, muito provavelmente, poucos seriam os presentes que teriam tido a oportunidade de, na sua formação, serem esclarecidos sobre aquelas causas e objectivos; e, finalmente, o de que seria bastante admissível que muitos dos presentes ainda pretenderiam que lhes fossem explicados alguns pormenores, desfeitas algumas dúvidas ou fornecidos alguns dados que desconhecessem.

Com base nestes pressupostos, o desenvolvimento da palestra fez uma citação das conspirações militares contra o regime do Estado Novo que tiveram influência na cultura dos militares de Abril; passou em revista, de forma naturalmente resumida, os antecedentes directos e próximos do «25 de Abril»; caracterizou-o como tendo sido um «golpe de Estado militar de conteúdo progressista» (como o classificou Pezarat Correia no seu livro «Questionar Abril»), e, por fim, terminou respondendo à pergunta habitual em todos os aniversários desta efeméride: «E Abril cumpriu-se?»

O general Garcia dos Santos representou a A25A nos festejos em Macau

Na sua resposta, o general Garcia dos Santos afirmou que, em relação aos «três ds» do Programa do MFA, o primeiro democratizar, se tinha concretizado. O segundo, descolonizar, com todos os traumas, dificuldades e consequências, também se tinha realizado. Quanto ao terceiro, desenvolver, a sua apreciação foi bastante mais crítica e considerou que muito estará ainda por realizar e concretizar.

Após a intervenção do general Garcia dos Santos, houve um pequeno e animado período de perguntas e respostas, com intervenção de vários dos presentes.

No dia seguinte, 26 de Abril, o general Garcia dos Santos e o coronel Manuel Geraldes participaram numa sessão sobre o mesmo tema na Escola Portuguesa de Macau e na qual estiveram presentes muitos alunos e professores daquela escola. ■

Tertúlias no Majestic

CELEBRANDO o XXVIII aniversário da Revolução dos Cravos, e com o objectivo de promover a reflexão em torno dos problemas do nosso tempo, a Delegação do Norte da Associação 25 de Abril realizou um ciclo de tertúlias designado «Reforçar a participação política, no espírito de Abril».

Tendo como fundamento a recuperação da memória do 25 de Abril como factor de um longo e contínuo processo de transformação política e social, este ciclo desenvolveu-se em três fases, correspondentes a outros tantos campos de análise: o local, o nacional e o mundial. Iniciou-se a 11 de Abril, com o debate centrado nas questões urbanas, tendo como mote «Por uma cidade melhor». Após a abertura, feita de modo informal pelo tenente-coronel Antero Ribeiro da Silva, o historiador Gaspar Martins Pereira e o arquitecto Domingos Tavares, convidados para animar a controvérsia, expuseram os seus pontos de vista sobre os problemas estruturais das cidades dos nossos dias. Essas abordagens deram ensejo a diversas intervenções críticas sobre urbanismo, políticas sociais e solução dos problemas da cidade.

A 18 de Abril realizou-se uma segunda tertúlia, desta vez centrada no mote «Por um país melhor». A moderação esteve a cargo do dr. Artur Costa, procurador-geral adjunto e ex-dirigente desta nossa Associação, sendo convidada especial para animar o debate a prof. doutora Helena Neves, que questionou o sistema político à escala nacional, no quadro da crise da democracia representativa. Ilustrando a sua comunicação com abundantes dados estatísticos, analisou a situação económico-social portuguesa, bem como as relações entre o Estado e o poder económico. As dificuldades de controlo do sistema político por parte dos cidadãos e as novas formas de participação foram temas, entre outros, que provocaram a controvérsia entre os presentes.

«Por um mundo melhor» foi o mote da tertúlia do dia 30 de Abril, que foi moderada pelo eng. Renato Soeiro, nosso dirigente regional, e dinamizada pelo prof. doutor José Manuel Pureza. Partindo da constatação da complexidade da cartografia da globalização, o animador do debate demonstrou que as grandes instituições mundiais de decisão política, como as do sistema das Nações Unidas, coexistem com redes de movimentos sociais dispersos e com formas privadas de regulação das actividades económicas de carácter transnacional. A questão da turbulência criada nessa «teia global» suscitou variadas intervenções, sobretudo questionando acerca dos novos cenários institucionais e da inserção de Portugal na globalização neo-liberal. ■

Encontro no Luxemburgo

NUNO SANTA CLARA

A convite da Associação «Os Amigos do 25 de Abril» do Luxemburgo desloquei-me àquela cidade no princípio de Maio.

O Luxemburgo é porventura o país com maior percentagem de portugueses na população (cerca de 15 por cento do total), de modo que qualquer «portuga» se sente ali em casa.

O programa da visita incluiu uma conferência no dia 3 de Maio, na sede do CLAE (organização para a defesa e integração de emigrantes), estando presentes o presidente da Associação «Os Amigos do 25 de Abril», Manuel Bento, o presidente do CLAE, Diogo Quintela, e Eduardo Dias, da AA25A e dinamizador da iniciativa. De salientar, entre a assistência, a presença do cônsul de Portugal no Luxemburgo.

Apresentei a comunicação que é abaixo transcrita, seguindo-se uma parte menos formal, em que foram relembrados episódios do 25 de Abril, com aquele cunho de vivência pessoal que interessava aos presentes.

Seguiu-se um período de perguntas e respostas, bastante animado, com muita participação da assistência, em que se debateram, entre outras questões relacionadas, a posição dos emigrantes na vida política e social em Portugal e nos países de acolhimento.

No dia seguinte houve um jantar comemorativo do 25 de Abril num dos muitos restaurantes portugueses, em ambiente de franca confraternização, a que se associou também um grupo de italianos que comemorava o mesmo dia 25, que é o da libertação da Itália durante a II Guerra Mundial.

Foi feita uma intervenção na Rádio Latina, que emite maioritariamente em português, mas também em espanhol e italiano, tendo ainda emissões para a comunidade cabo-verdeana.

Para além destas actividades «oficiais», quero distinguir a inexcedível hospitalidade de que fui alvo, principalmente pelo sr. Eduardo Dias, bem como o carinho com que fui tratado pelos conterrâneos com quem tive oportunidade de conviver.

*

Comemorar uma data, ou realizar o "Dia" de qualquer coisa, tornou-se um prática corrente entre nós. Há "Dias" para tudo, para os doentes e para os sãos, para os velhos e para os novos, para os ricos e para os pobres. Celebrar um "Dia" arrisca-se a cair na indiferença das coisas corriqueiras. Daí que, se queremos celebrar o 25 de Abril, é necessário mostrar que se comemora algo de importante e de diferente.

A indiferença com que são recebidas as comemorações, tanto mais acentuada quanto mais oficiais são essas comemorações, tem a mesma raiz do crescimento da abstenção nas eleições, fenómeno que tem vindo a aumentar na Europa Ocidental. Não acontece assim nos países com sede de Democracia: veja-se o exemplo de Timor Loro-Sae, que registou sempre índices de afluência às urnas que nos fazem sonhar, a nós europeus inventores da Democracia.

Muitas razões haverá para este distanciamento, e não sendo eu sociólogo ou político encartado, seria atrevimento da minha parte enumerá-las. Mas, com o sentimento que me vem de viver no meio do Povo, e não nos corredores e tertúlias dos fazedores de opinião, entendo dever destacar três dessas razões.

A primeira, o sentimento de que a Democracia é um dado adquirido, e que a actual situação em Portugal é um processo perfeito, acabado e irreversível. Não é isso que nos ensina a História, nem é isso que nos mostra o dia a dia, mesmo nesta confortável e evoluída Europa. Tivemos em Portugal regimes representativos durante quase todo o século XIX e o primeiro quartel do século XX, e isso não nos impediu de cair em ditadura durante meio século; e a turbulenta História da Europa no século XX mostra com são possíveis e reais os trágicos retrocessos, que custaram dezenas de milhões de mortos; e nos nossos dias não faltam grupos e movimentos para quem os conceitos de igualdade, liberdade e fraternidade, ou se preferimos, o que agora chamamos os Direitos Humanos, são para abater, substituídos pelo ódio, pela exclusão do contrário ou do simplesmente diferente, pelo racismo, pela xenofobia. Os emigrantes portugueses bem conheceram, e nalguns casos ainda conhecem, esses sentimentos, porque os sentiram ou continuam a sentir na carne.

A segunda, um sentimento complexo, em que se mistura a sensação de impotência perante a complicada máquina do aparelho de Estado, com um certo comodismo, para não dizer fatalismo, que leva ao alheamento das questões públicas, que assim ficam cada vez mais entregues a políticos profissionais. Este alheamento é talvez ainda fruto da propaganda de outras eras, em que se dizia "a minha política é o trabalho" ou eu cá não me meto em políticas", esquecendo que essa atitude, a atitude de negação, é também uma opção política. E com resultados importantes: a Resistência à ditadura foi sentimento de muitos, mas militância de muito menos, foi esse "deixar por conta alheia" que ajudou a prolongar a ditadura, com o efeito de atirar Portugal para a cauda da Europa, de onde hoje tenta, com tanto custo, sair. A Guerra Colonial veio a servir, de modo brutal, para demonstrar até onde pode levar uma política irracional, permitida pela passividade de muitos; quantos mais anos teria durado a ditadura em Portugal, não fora a demonstração prática dos resultados de uma política anacrónica? Deixar aos outros o cuidado de pensar e decidir por nós pode ser prático, mas é sempre catastrófico a prazo.

A terceira deriva do tempo escoado; vinte e oito anos são passados desde o 25 de Abril, o que é mais do que uma geração. Para os que conhecem a Bíblia (e esta merece ser conhecida, mesmo para os não crentes) lembro-lhes a travessia do deserto pelos hebreus conduzidos por Moisés durante quarenta

(Continua na página seguinte)

Aspecto da mesa, durante palestra

Encontro no Luxemburgo

(Continuado da página anterior)

anos; quando chegaram à terra de Canaã, não só esta lhes pareceu o paraíso, como já não tinham recordações do fértil vale do Egipto. A nova geração não tem recordações nem da repressão nem da Guerra Colonial, e as suas preocupações vão para outros assuntos mais prementes. O discurso dos veteranos da Resistência é assim delicadamente arrumado no sótão das velharias, a par da batalha de Aljubarrota ou das invasões francesas. O pior é que, se no nosso país o ensino da História deixa a desejar, o estudo da História recente está por fazer, fruto das paixões ainda vivas de todo o processo que se seguiu ao 25 de Abril. É por vezes em trabalhos escritos por estrangeiros que encontramos aquele distanciamento e clareza de visão que tanta falta nos fazem para nos conhecermos a nós próprios. A incompreensão, e mesmo o sentimento de ingratidão, sentidas nas camadas mais velhas face à indiferença das mais novas soma-se assim ao natural conflito de gerações. Será isto trágico? Talvez não. O conflito de gerações está na ordem natural das coisas, e se a juventude nutre aparentemente pouco respeito pela luta pelos valores democráticos é porque já encontrou a Democracia instituída; ou seja, o nosso sentimento de derrota é, de facto, decorrente da nossa vitória. Os jovens consideram o viver em Liberdade tão normal como o ar que respiram, e ainda bem que assim é; cumpre-nos apenas alertá-los contra os perigos da poluição dos espíritos, que, de modo semelhante à poluição atmosférica, pode envenenar a sociedade. Cuidar da nossa vida colectiva é tão importante como cuidar do ambiente; deixar o assunto a outros é estar condenado a respirar o ar que eles entendem ser bom – do ponto de vista deles, bem entendido.

As três razões que apontei não são as únicas, nem talvez as mais importantes; mas é incontestável que existe um desencanto em relação à política e aos políticos, e isso não se limita aos valores da abstenção nas diferentes votações. Não foi por acaso que, nas últimas comemorações do 25 de Abril, o Presidente da República se referiu ao assunto e o Presidente da Assembleia da República falou da necessidade de inverter essa tendência.

E, se no nosso torrão natal, é esta a situação, que dizer das nossas comunidades espalhadas pelo Mundo? Bem pode afirmar-se que o afastamento é duplo. O primeiro é porque estão longe de Portugal, e essa distância, se hoje se pode transpor em meia dúzia de horas, pode levar anos a percorrer quando se trata de uma mensagem política, social, ou cultural. As novas tecnologias de informação e de comunicação põem-nos instantaneamente em contacto; mas os canais institucionais continuam tão morosos como no tempo das caravelas. A cidadania não pode diminuir à medida que aumenta a distância a S. Bento. Os nossos cidadãos não podem continuar a ser lembrados apenas quando os seus votos podem eventualmente resolver uma maioria, ou quando a balança de pagamentos está em dificuldades. Mas para impedir que isso aconteça têm de tornar-se visíveis; têm de esquecer o seu individualismo tradicional, quando não o seu egoísmo; têm de ser exigentes, e a começar por eles mesmos, não deixando por mãos alheias a defesa dos seus interesses; em resumo, têm de participar na vida activa dos seu País, para o qual tanto contribuem. Caso contrário, serão um gigante económico, mas um anão político.

O segundo afastamento é em relação aos países de acolhimento. Todos sabemos que não é fácil mudar, por vezes radicalmente, de terra, de língua, de comunidade, e de cultura. Nem sempre essa transição é pacífica, nem sempre o acolhimento privado, nas realidades do dia-a-dia, corresponde às pomposas declarações públicas. A boa imagem do português é dominante nas sociedades em que se tem vindo a radicar, mas a bonomia que está ligada a essa aceitação pode ser enganadora. Essa estima bem pode basear-se na nossa abdicação de um certo número de direitos, e não só de ordem económica. A boa vontade com que somos recebidos deriva por vezes do apagamento da nossa identidade, face a uma sociedade que tende a impor um certo padrão e a recusar particularismos. A estima tem de se basear no respeito mútuo e não no equilíbrio de complexos de superioridade e inferioridade. E mais uma vez, o modo de obter uma integração condigna está na visibilidade.

Uma comunidade que não se assume está destinada a desaparecer, afastada pelas que não cessam de se afirmar. Reagir ao afastamento exige de um grupo, a par do reconhecimento da sua própria identidade, o integrar-se como membro de pleno direito nas sociedades de acolhimento, participando activamente na sua vida pública, e não apenas no trabalho.

Estamos aqui para comemorar o 25 de Abril, não como mais uma data histórica, cujo significado se vai perdendo, mas com o espírito de viver as suas conquistas e explorar caminhos que ele abriu. Portugal está hoje integrado na Europa, e já não «orgulhosamente só», e esse é um dos resultados de Abril: recolocar o País no lugar que lhe pertencia por direito histórico. E a Europa não pode ser vista apenas como um lugar de oportunidades para empresários, mas antes como um espaço alargado onde deve ser desenvolvida a cidadania plena. E a cidadania plena, em Portugal, na Europa ou em qualquer parte do Mundo que andamos a construir, é para ser exercida, e não guardada na gaveta à espera do momento, sempre adiado, de fazer uso dela. ■

Moções

Por ocasião do 28.º Aniversário do 25 de Abril diversos foram os órgãos autárquicos que aprovaram moções pela passagem da data

Assembleia de Freguesia da Reboleira
Assembleia de Freguesia de Bobadela
Assembleia de Freguesia de Campolide
Assembleia de Freguesia de Charneca de Caparica
Assembleia de Freguesia de Forte da Casa
Assembleia de Freguesia de Lours
Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora do Bispo
Assembleia de Freguesia de Queluz
Assembleia de Freguesia de S. João da Talha
Assembleia de Freguesia de Santa Iria de Azóia
Assembleia de Freguesia de Stº António dos Cavaleiros

Jantar comemorativo no Mercado da Ribeira

Os 28 anos do 25 de Abril foram evocados num jantar, que nos permitiu entrar no dia 25 em animado convívio. Com o apoio do Vítor Sarmento, juntámo-nos nas instalações do Mercado da Ribeira, em Lisboa, constatando as óptimas alterações a que as mesmas foram sujeitas. Num espaço amplo e agradável, onde se juntaram mais de setecentos militares de Abril e amigos, saboreou-se o jantar e pôde assistir-se ao espectáculo com que vários amigos nos quiseram presentear. A todos os nossos agradecimentos: Vítor Sarmento, com o grupo Erva de Cheiro; grupo de teatro da Academia de Santo Amaro; Valdemar Bastos; Mingo; Teresa Bettencourt (espero não me esquecer de ninguém...).

As expectativas foram ultrapassadas, a participação foi maior do que o que se esperava, a qualidade da refeição foi boa, o ambiente fortemente solidário, por isso... esperamos repetir no 29.º aniversário do 25 de Abril. ■

V.L.

Exposição da Escadote

NO PASSADO dia 25 de Abril de 2002, pelas 19 horas foi realizada na Galeria Tela, na loja 15 do Centro Comercial Colina do Sol, na Amadora, uma exposição colectiva de pintura e joalharia pela Associação Escadote Cultural com o título *25 de Abril: Uma imagem vale mil* palavras que esteve patente até ao dia 1 de Maio.

Nesta exposição participaram os seguintes artistas: Ana Maria Malta, Bistra Todorova, Bruno Precatado, Eduardo Perestrelo, José Jorge Soares, Joaquim Sousa, mestre H. Mourato (como artista convidado), Henrique Tigo e Victor Teixeira Lopes.

Sobre está exposição Henrique Tigo, presidente da Associação Escadote Cultural e sócio efectivo da Associação 25 de Abril escreveu no catálogo:

O 25 de Abril faz 28 anos.

Está a caminho de uma idade que costumamos denominar de adulta...

Nesta Associação não quisemos deixar de assinalar este aniversário especial, com a participação de artistas que viveram este dia glorioso e outros que não quiseram deixar morrer os ideais por que lutaram os seus pais e amigos, que saborearam a Liberdade pela primeira vez no dia 25 de Abril de 1974.

Para aqueles que tiveram a sorte de viver esse dia místico e maravilhoso, ainda se mantém vivo o aroma dos cravos vermelhos, que nas armas dos valentes militares de Abril transmitiam a mensagem de Liberdade conquistada e o desejo de um País independente, livre e democrático. Democracia com já 28 anos, dona de muitas vitórias e derrotas, que esperamos que envelheça com cada vez mais sabedoria e experiência, para que nunca se voltem a repetir os erros do passado!

Nesta Associação Cultural recordamos com uma certa nostalgia os gloriosos dias de Abril que quem viveu não esquece que «O Povo Unido Jamais Será Vencido».

Desejamos que esta Exposição intitulada «25 de Abril: uma imagem vale mil palavras» ajude os jovens a ter outro contacto com o 25 de Abril de 74, para que não se deixem ficar pela ideia vaga e incompleta das aulas de História e retenham algum ensinamento cultural sobre este grande e importante marco histórico do nosso país. Pois eles são o futuro de muitos futuros 25 de Abril.

Deixamo-vos com as palavras de esperança do grande poeta Ary dos Santos: ■

... As Portas que Abril abriu
Nunca mais ninguém as cerra!

Espaço de liberdade em Grândola

DIA 26 DE ABRIL num jantar na pensão "Fim do Mundo" em Grândola, a Delegação do Alentejo da A25A, comemorou este aniversário do 25 de Abril.

Estiveram presentes, cerca de quarenta sócios não só de Grândola, mas também de Évora e de Beja, o que a nosso ver, é de extrema importância para os objectivos estratégicos da Delegação.

Presidiu a este fraterno convívio o presidente da Associação coronel Vasco Lourenço.

Após a refeição foram lidas as mensagens recebidas, uma lembrado o nosso consócio Pedro Pedreira, um dos principais impulsionadores desta Delegação, que infelizmente não pode estar presente, e outra enviada pelo sócio Helder Costa que pela sua actualidade e importância transcrevemos na integra.

Das várias intervenções que se fizeram após o jantar destacam-se a de Carlos Beato que apesar de não se encontrar na qualidade de presidente da Câmara, pode dar-nos conta de algumas orientações que a autarquia vai ter e o empenhamento a que se propõem, parâmetros fundamentais, para que o projecto a que nos propusemos, o "Espaço Abril Liberdade" se torne a curto prazo uma realidade, assim como o propósito de em conjunto com a A25A e outras associações levar a efeito uma festa nacional homenageando Zeca Afonso, no âmbito das comemorações do 30.º Aniversário do 25 de Abril.

Por parte do presidente da Associação também ficámos a saber que a sede disponibilizará todos os meios e esforços necessários para o desenvolvimento do projecto, à semelhança da colaboração que tem com o Centro de Documentação da Universidade de Coimbra.

Além destas relevantes informações ficou ainda decidido que no mesmo local se irão realizar mensalmente "Tertúlias Alentejanas", com agenda dos temas a desenvolver, assim como o programa gastronómico.

Ficou também a Comissão Instaladora de elaborar uma lista, para apresentar aos sócios, para eleições que se irão realizar no fim de Outubro ou princípio de Novembro.

No final do encontro, é de realçar, o facto de sete novos sócios terem feito a sua inscrição. Ausente, o sócio Helder Costa enviou a seguinte mensagem:

«Ausente do jantar comemorativo do 25 de Abril da Delegação do Alentejo da Associação 25 de abril por motivos profissionais e políticos - estreia de uma peça de teatro em Guimarães, à semelhança do que fiz com a Barraca em Grândola com a peça "Abril em Portugal" em 1999, não quero deixar de enviar algumas palavras que signifiquem a minha presença virtual. É natural que 90 por cento das conversas desse jantar se passem à roda do Le Pen, do avanço do fascismo na Europa e no mundo, e no regresso da velha questão "Que Fazer?". Para mim, o voto na extrema direita, antes de ser um "voto no medo", como se apressaram a dizer os analistas do costume, é essencialmente "um voto de desprezo". Desprezo por uma esquerda que não soube assumir a luta contra a campanha anti-ideologias de Reagan desde 1980, de que tivemos recentemente o prazer de ouvir a versão da "sucata ideológica" por Durão Barroso, e por isso mesmo assistiu ao demissionismo de muitos que começaram a propagar que já não havia esquerda nem direita.

Para reagir a esta armadilha seria necessário coragem política no combate à corrupção, nunca permitir que a ética do progresso ficasse manchada com o lixo do oportunismo e do pragmatismo, e essencialmente, fomentar a participação de todos na vida política. Isso não se passou, e assim se caiu no verdadeiro pântano. Uma última nota, dado que estamos na terra da canção que diz que "o povo é quem mais ordena". Acho que o Zeca Afonso não merece a equiparação do desejo revolucionário e antifascista com actos eleitorais manobristas e manipuladores. É bom não esquecer que Hitler, Mussolini e Sharon foram eleitos, que o processo eleitoral dos USA, o tal leader do "mundo livre", permitiu a fraude que levou ao poder o patrão do petróleo e criminoso internacional que dá pelo nome de George Bush, e etc, etc.

Também é bom não esquecer que os crimes actuais e golpes militares no Médio Oriente, América Latina e outros locais, não se fazem em nome do fascismo, mas sim em nome da democracia e da liberdade. Por aqui se vê o enorme trabalho que têm pela frente os que querem resistir e eliminar os sinais que anunciam a guerra e o regresso dos horrores que dizimaram grande parte da Humanidade. Será toda esta conversa demasiado politizada para um jantar sobre o 25 de Abril, data da união de todos os que querem um País sempre livre e sempre em renovação. Julgo que não. É indiscutível que o 25 de Abril foi um acto antifascista, e que a coragem e determinação dos capitães de Abril tinha em vista a implantação de uma sociedade justa, progressista e próspera. Para isso, é bom falar e "agarrar o boi pelos cornos".

E é tudo.

Bom jantar, e espero que não julguem estas palavras demasiadamente esquerdistas.

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal»! ■

FÓRUM 25 DE ABRIL

Próximas exposições de pintura

De 12 a 26 Setembro - Nelson Correia
De 2 a 19 Outubro - Jaime Penim
De 23 a 30 Outubro - Cruz Oliveira
De 31 Outubro a 14 Novembro - Torres Preto
De 21 Novembro a 4 Dezembro - Maumaus

Um «filho» do MFA

VASCO LOURENÇO

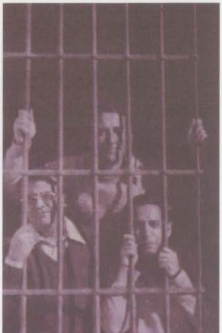
Consideram-se o filho mais velho do 25 de Abril e do MFA. Constituíram a UMD - Unión Militar Democrática - em Espanha, com o objectivo de evitar que, após a morte de Franco, as Forças Armadas espanholas fossem utilizadas para perpetuar a ditadura. É evidente que se entretanto tivessem possibilidade de imitarem o MFA e conseguissem, eles próprios, derrubar a ditadura e imporem a democracia... tanto melhor.

Recordo um grupo de oficiais espanhóis que, após o 25 de Abril, nos procuraram, connosco trocaram opiniões, informações e ensinamentos e decidiram avançar para uma organização clandestina, no seio das suas Forças Armadas. Viriam a ser descobertos, perseguidos, e alguns deles julgados, condenados e presos. Pagando com a sua própria liberdade a vontade de libertar o seu povo de uma longa tirania de 40 anos.

Não tiveram a felicidade de imitar os militares de Abril e serem os protagonistas principais da Liberdade do seu povo. O processo foi diferente - dizem hoje que muito melhor que o português, porque pacífico -, mas, se foi diferente, foi porque condições diferentes a isso levaram: desde logo a existência do 25 de Abril e de todo o processo que se lhe seguiu em Portugal, que viria a influenciar decisivamente o processo espanhol. E também, em elevado grau, a existência da UMD, que abriu os olhos a muitos militares espanhóis, para o verdadeiro dever de um militar, e anulou a veleidade de muitos outros em utilizar as Forças Armadas para impor a continuação da ditadura.

Passados estes anos todos, os membros da UMD podem sentir-se orgulhosos da sua acção democrática e patriótica, pois contribuíram decisivamente para a existência, hoje, de uma democracia e de um Estado de Direito em Espanha.

Foi isso que os levou a evocarem os 25 anos da sua autodissolução. Recordando que, no dia anterior às primeiras eleições livres, em Junho de 1977, decidiram autodissolver-se. Dando assim provas concretas de que não eram um grupo aventureirista, que perseguisse o poder, não eram traidores à Pátria, mas sim verdadeiros patriotas que lutavam para



que em Espanha houvesse liberdade e democracia. Demonstrando que acreditavam nas eleições, na democracia e nos que iriam ser eleitos. Demonstrando, portanto, a sem razão de ser de alguns deles continuarem na prisão, a cumprir as iníquas penas a que haviam sido condenados.

Convidada para representar o MFA, a A25A esteve presente através de mim próprio e do almirante Martins Guerreiro. Participando na evocação, que juntou mais de duzentas pessoas (militares e familiares), pudemos constatar o enorme orgulho que os membros da UMD sentem, pela convicção de terem contribuído decisivamente para a Liberdade e a Democracia que hoje se vive em Espanha, acompanhado pela enorme mágoa de não verem esse seu papel reconhecido, até hoje, pelo poder que eles ajudaram a criar (!) (?)

Como militares de Abril, foi com enorme comoção que participámos nessa evocação. Revendo a maioria dos UMD que conhecemos em Portugal pouco depois da nossa data libertadora (Luis Otero, José Fortes, José Domínguez e Fernando Reinlein...), evocando a memória de outros que entretanto já faleceram (o último dos quais foi Júlio Busquets), constatando o enorme carinho e gratidão que todos continuam a ter para com o 25 de Abril e os seus autores. Foi com enorme esforço que o Martins Guerreiro e eu conseguimos evitar as lágrimas (pelo menos tentámos disfarçar bem...) quando, antes da minha pequena saudação, toda a sala de pé cantou a *Grândola Vila Morena*.

Por tudo isto, continuo a ter muito orgulho em ser militar de Abril... ■

Altar-mor da capela da EPE, Tancos
Cosmos e *Ceia*
(João Luís, 1968/99)

João Luís Pereira de Castro

Memórias de Monção e de balas no Rovuma

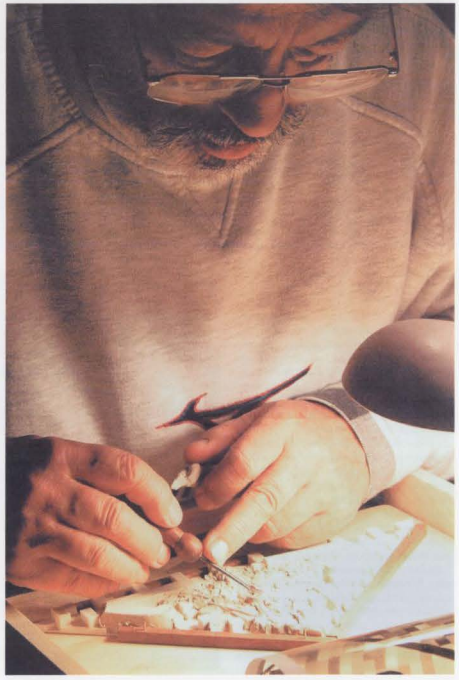
A DESCOBERTA da biblioteca do avô, quando tinha apenas oito anos, marcá-lo-ia para toda a vida. João Luís ficou maravilhado diante da enorme parede forrada de livros raros, muitos deles impossíveis de compreender por uma criança daquela idade. Um houve que, pelas imagens, deixou João Luís em éxtase: «Orlando Furioso», de Ariosto. Aí descobriu os desenhos do ilustrador Gustave Doré que não mais deixaram de influenciar a sua vida.

João Luís Pereira de Castro, o coronel Pereira de Castro que é simultaneamente o artista plástico João Luís, nasceu em Monção quando corria o ano de 1932. Nesse mesmo ano, o pai emigrou para Moçambique, onde trabalhou nos serviços públicos. Dois anos mais tarde a ele se juntaram a mãe e o filho. Uma grave crise de paludismo haveria de mudar o rumo da vida de João Luís. Acometido de tal enfermidade, com cinco anos apenas, foi entregue aos cuidados de uma enfermeira e embarcou por via marítima para o Continente. Na memória ficou-lhe a escala pelo Funchal onde saboreou as primeiras cerejas...

Recebido em Lisboa pelos tios, seguiu para Monção onde foi entregue aos cuidados da avó e da tia-madrinha Aura que passaria a considerar sua segunda mãe.

Não fora o paludismo e dir-se-ia que aí viveu uma infância normal pautada apelas traquinices rurais e algumas escapadelas ao Rio Minho. Faz a instrução primária em Monção e acompanha o percurso militar do tio (marido de Aura). Em Évora começa o liceu que haveria de continuar em Setúbal, prosseguir no Porto e concluir em Braga. É nesta altura que recebe a visita dos pais vindos de Moçambique, em férias. A mãe já antes o visitara. Não o pai que acabaria por perder tempo depois. Daí a recordação, única e singular, desse encontro com farnel no Bom Jesus.

Por influência do tio, então já coronel, vai para Engenharia Militar na Faculdade de Ciências de Coimbra. É admitido na República dos Paxás. Aí mergulha em três anos de denso convívio cultural e humano. Pela primeira vez toma contacto com a realidade de Pablo Picasso e cruza-se com José Clemente Orozco, muralista mexicano (1883-1949), nas livrarias, nos livros que lia à socapa. Dias a fio, percorria as prateleiras onde procurava leituras interrompidas na véspera.



De Monção continuavam a chegar-lhe notícias. Os parentes que por lá tinha viviam como os demais da região, quando precisavam de algo vendiam uns pinheiros e, se já não havia árvores para cortar, as necessidades de estudo, vestuário ou de uma doença, resolviam-se com a venda de terrenos.

Na Escola do Exército, em Lisboa, para onde transitara de Coimbra, conclui o Curso de Engenharia Militar e ruma então para a Escola Prática de Engenharia em Tancos onde completa o tirocínio de um ano.

A vida militar em plenitude chega finalmente. Em 1959 é colocado na sua primeira unidade: Batalhão de Engenharia 3 de Santa Margarida. É também por essa altura que constitui família.

Rosa Maria, dedicada companheira de uma vida, descobrira-a logo na infância, em Monção. Já professora primária e cumprido um namoro de nove anos, com ele se casou mediante uma autorização especial porque o noivo, então alferes, só teria permissão para se consorciar quando chegasse a tenente. Tiveram três filhos: Maria Manuela (1960-1990); João José (1961) e Luís (1967) que os acompanharam sempre, quer estivessem nas comissões em África ou no Continente. Hoje não cabem na alegria de três netos.

De Santa Margarida é enviado para Lourenço Marques, cidade onde a mãe se encontrava, já viúva, como funcionária da Fazenda.

As armas deste engenheiro-militar eram as máquinas de terraplanagem. Com elas rasgou caminhos, abriu estradas e lançou pontes durante as comissões cumpridas em Moçambique (quatro anos), depois em Angola (dois anos) e, de novo, em Moçambique (dois anos). Quando a guerra rebentou em 1961 em Angola, encontrava-se em Lourenço Marques a fazer a decoração do clube militar para um baile de máscaras. Experiências de guerra viveu-as primeiro em Angola, 1966, e, depois, em Moçambique, 1971.

Como capitão comandava a Companhia de Engenharia 519, em Nambuangongo, e sentiu a guerra passar por perto nos Dembos. Mas, foi com a patente de major, em 1971, quando viajava de Mueda em direcção ao Rovuma, onde estavam a construir uma pista de aviação, que sentiu as balas assobiarem por perto. O piloto, em vez de se desviar da «Base Beira» - um santuário do inimigo - e que ele bem sabia ficar na sua rota, não o fez. Ao contrário sobrevoou-a e as antiaéreas logo funcionaram. Valeu a perícia do homem do manche que empinou o nariz do aparelho e fugiu. Quando aterraram no destino verificaram as marcas das balas na fuselagem e um homem da cozinha ofereceu-lhe o projéctil que encontrara no saco de batatas que lhe servira de assento na viagem. Desse susto não se livrou e, durante longo tempo, o pesadelo perturbou-lhe o sono. ■

Nas livrarias de Coimbra toma contacto com a realidade de Pablo Picasso e cruza-se com José Clemente Orozco, muralista mexicano (1883-1949)

Prato de fruta. Porcelana da Meadela (1975), pintura de João Luís

João Luís Pereira de Castro

Engenheiro militar e

NA SUA RESIDÊNCIA em Mem Martins, encontrámos o coronel João Luís Pereira de Castro, engenheiro-militar-artista-plástico, feliz na sua pele de 70 anos. Com a alegria própria de um adolescente que está a descobrir a vida, desvenda-nos segredos antigos e introduz-nos na parafernália de recentes descobertas informáticas que manuseia com insuitada desenvoltura. E, horas a fio, falanos dos desenhos que ao longo da sua vida nunca deixou de fazer, mesmo quando construía estradas.

Os olhos brilham mais quando se lembra da leitura de «Germinal» de Zola, aos 14 anos de idade. Há males que vêm por bem: como o quinino o retinha na cama por tempos infinitos, vingava-se na biblioteca do avô. Uma biblioteca de que ainda hoje conserva parte e nos tempos de Coimbra lhe serviu para se afoitar na caricatura, em ilustrações para poemas, no desenho social e dos fenómenos das multidões.

Nos tempos de África valeu-lhe a assinatura da revista «L'Oeil» de arquitectura, desenho e decoração de que mantém a colecção completa. Tal publicação, como ele próprio reconhece, acabaria por se transformar num autêntico curso de belas-artes e de o animar na criação de uma vasta obra nos domínios da ilustração, pintura e escultura, e, mais recentemente, da arte digital. Criação artística que repousa, ainda, no saber recolhido de mestre Lagoa Henriques de quem foi discípulo no curso de escultura da ESBAL (1968-1972). Para o coronel Pereira de Castro o 25 de Abril de 1974 chegou quando leccionava na Academia Militar (Lisboa e Amadora). «O Referencial» recorda aspectos da sua vida que fazem parte de um património colectivo e estão expressos em obras de pintura e escultura em: Regimento de Engenharia de Espinho; Escola de Tropas Aerotransportadas, Tancos; IAEM, Pedrouços; EME, Lisboa; Associação 25 de Abril; Grupo Lobo da Faculdade de Ciências de Lisboa; Associação José Afonso; Capela dos Serviços Sociais das Forças Armadas, Oeiras; GAN, Lisboa; Museu do Sabugal; Mercado Municipal de Rio de Mouro, Sintra; Universidade de Évora (Sines) e colecções particulares. Murais em relevo do artista Pereira de Castro estão integrados em: Escola Prática de Engenharia, Tancos (1968/99); Huambo, Angola (1966); e Montepio de Moçambique, Nampula (1971). Na medalhística devem destacar-se a criação da medalha comemorativa dos 350 anos da Engenharia Militar Portuguesa (1997) e a placa dos 150 anos do Museu Militar.

Produz arte digital em ambiente Mac desde 2000. Fez exposições em Faro (1987); Vilamoura, Marinotel (1988); Câmara Municipal de Silves; Galeria Artdomus, Sintra; Câmara Municipal do Barreiro (1989); Capela dos Serviços Sociais das Forças Armadas, Oeiras (1992); Espaço GAN, Lisboa (1983), e participou em 101 exposições colectivas em Portugal, Moçambique e Nova Iorque.

Da obra, de que nestas páginas se ilustram alguns exemplos, João Luís tem dificuldade em apresentar o ex-libris. Porém aqueles que o conhecem não escondem a preferência pela intervenção na Capela de Tancos.

Corria o ano de 1968. Pereira de Castro servia como capitão na EPE. O comandante da unidade, coronel Garcia, decidira meter ombros à construção de uma capela. O arquitecto Ramos Chaves, de visita à unidade, prestara-se a fazer uma maqueta em barro, modelo inspirador para a obra de engenharia levantada por Pereira de Castro. O painel do altar-mor e os desenhos-esculturas (ver páginas centrais) são obra de João Luís. Ali está representado o cosmos nas suas inspirações macro e micro, num relevo em gesso pintado à pistola com acrílico Liquitex. No altar-mor, em relevo de zinco, impõem-se: à frente, a Última Ceia de Cristo; atrás, a Crucificação, e dos lados, a Maternidade e a Pietá. A reconstrução do painel (1995 - 99) foi feita a solicitação do então comandante da unidade, coronel (hoje general) Valença Pinto. ■

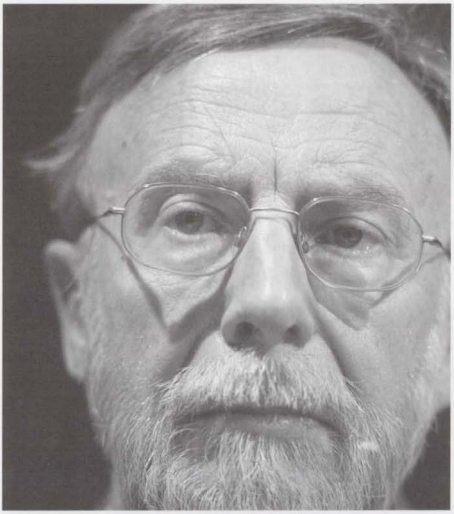
Fragmento. Alma 2002, clones e Mona Lisa, a sida – arte portal original e inédito para a Câmara Municipal de Sintra

Medalha dos 150 anos do Museu Militar e «Decretus Ciências»

artista plástico

Mural em relevo feito em gesso. A leitura desta obra, segundo o seu autor, João Luís, dá-nos uma visão da proto-história desde o aparecimento do homem, da criação mística, do Renascimento à Revolução Francesa, e, de repente, apresenta-nos uma fractura sugerindo o aparecimento da tecnologia e da industrialização. Seguem-se visões em vários sentidos e pormenores repetitivos do mundo industrial: foguetões, viagens interplanetárias. Depois as novas cidades e os fenómenos do urbanismo dos nossos dias.

Medalha A25A 1987. Obra de João Luis que se integra na sua «prioridade de defesa de Abril»



Em memória de Júlio Busquets

LUIS OTERO FERNÁNDEZ
Coronel reformado, antigo membro da UMD

EM 20 DE JULHO de 2001 falecia em Barcelona, depois de um longo ano de dolorosa doença, Júlio Busquets. O seu nome era bem conhecido em Espanha pelas muito diversificadas facetas da sua personalidade e da sua actividade pública: coronel reformado da Arma de Engenharia do Exército, deputado pelo PSOE no Parlamento espanhol durante várias legislaturas, sociólogo e politólogo autor de livros como «El militar de carrera en España» e professor catedrático na Universidade Autónoma de Barcelona. No entanto, entre toda a intensa e variada actividade pública de Busquets, o episódio mais importante foi, seguramente, a sua destacada participação na génese e desenvolvimento da Unión Militar Democrática (UMD), nos últimos anos da ditadura franquista.

Júlio Busquets ingressou na Academia General Militar no ano de 1950, na Arma de Engenharia. Promovido a tenente em 1954, transmitiu ao exercício da profissão militar uma grande dedicação e honestidade, que naqueles tempos de ditadura corrupta não deixaram de lhe causar alguns problemas com os seus superiores. Diplomado mais tarde com o Estado Mayor alargou os seus estudos na Universidade Complutense de Madrid licenciando-se em Ciência Política. O contacto com o mundo universitário, naqueles dias, fermento de uma oposição política duramente perseguida pela ditadura franquista, significou para Busquets a consciencialização definitiva, tanto face à situação social e política espanhola, no seu conjunto, como face ao específico papel repressivo que nela desempenhavam as Forças Armadas desde a Guerra Civil de 1936-1939. A compaginação da actividade intelectual de sociólogo e politólogo com a sua carreira militar, cedo trouxeram a Júlio importantes dificuldades nesta última (perseguições, detenções), em especial depois da publicação da sua tese de doutoramento sobre as características sociopolíticas do exército franquista, sob o citado título «El militar de carrera en España». Pouco a pouco e com grande empenhamento foi Busquets aglutinando entre a guarnição de Barcelona, onde prestava serviço desde 1960, um grupo de oficiais com incipientes inquietações democráticas, mantendo também contacto com alguns outros no resto de Espanha. Chegado o 25 de Abril de 1974, o forte impacto emocional e ideológico causado naqueles militares pela "Revolução dos Cravos", foi sem dúvida decisivo para consolidar a motivação e a união dos, até então dispersos, chefes e oficiais, na luta contra a ditadura; e, assim, depois de diversos contactos e reuniões, entre os quais uma viagem clandestina a Lisboa do próprio Busquets e do autor destas linhas para um encontro com o MFA, se fundou, em Setembro daquele mesmo ano de 1974, a Unión Militar Democrática (UMD).

A necessária actividade de proselitismo iniciada pela organização no seio das Forças Armadas levantou de imediato suspeitas dos serviços de informação militares e policiais, concretizadas na vigilância e perseguição dos "umedistas" e com a prisão de Júlio Busquets e de outros oficiais de Barcelona e, depois destas, com a detenção, processamento e condenação em Conselho de Guerra de onze chefes e oficiais de diversas guarnições militares.

Falecido o general Franco e iniciada em Espanha a transição da sua férrea ditadura para a democracia, a Assembleia da UMD decidiu, por maioria, depois de efectuadas, em Junho de 1977, as primeiras eleições livres para umas Cortes Constituyntes, autodissolver a organização como testemunho do protagonismo absoluto que se reconhecia, no recém-iniciado processo político, às forças civis representantes da vontade popular. A experiência histórica do nosso país, cheia de desafortunados pronunciamentos militares, afastava-nos, sem dúvida, dos legítimos planos da original e frutífera experiência protagonizada pelos prezados camaradas portugueses.

A partir desse episódio Júlio Busquets pediu a passagem à reserva das Forças Armadas e dedicou-se intensamente à política como deputado socialista por Barcelona. Anos mais tarde, a sua actividade pública centrou-se na docência universitária, desenvolvida na cátedra de Sociologia da Universidad Autónoma de Barcelona e a ela se dedicava quando a morte veio ao seu encontro.

Neste mês de Junho de 2002 em que, antigos membros da UMD nos vamos reunir para comemorar o vigésimo quinto aniversário da nossa autodissolução como organização democrática no seio das Forças Armadas, mas não do nosso compromisso pessoal e de grupo com os valores democráticos da liberdade e igualdade para todos os homens e todos os povos, a ausência de Júlio Busquets, que tão decididamente participou daqueles e destes compromissos será motivo de profundo sentimento e recordação. ■

OPINIÃO

«El corte» espanhol

DAVID MARTELO

PERIODICAMENTE, como vem sucedendo nos últimos tempos, acende-se do lado de cá da fronteira a chama do anti-espanholismo lusitano, espécie de culto de raiz medieval que se celebra segundo três ritos diferentes.

O primeiro, aparentando alimentar-se essencialmente da tradição, tende a resvalar para um patrioteirismo conservador e ingénuo, onde as realidades do mundo presente parecem nada contar perante as decantadas gestas do passado.

O segundo, menos ingénuo e mais calculista, insiste em ver, a cada esquina, sinais alarmantes da insidiosa superioridade económica castelhana, que anda por aí à solta para – como se gabou Filipe II (de Espanha) –, "comprar" o nosso país. Para este ramo do anti-espanholismo, é perfeitamente indiferente que, a um investimento espanhol em Portugal da ordem dos 138 milhões de contos, no ano 2000, tenham os empresários portugueses respondido com um investimento, em Espanha, da ordem dos 80 milhões de contos. Trata-se, no fundo, de uma forma de pressionar o poder político nacional a adoptar medidas de proteccionismo para as nossas insuficiências em matéria de qualidade/competitividade.

O terceiro, tomando a forma de uma doutrina mais elitista, assume que a felicidade portuguesa decorrerá de uma opção vincadamente marítima da actividade económica nacional, encarando com veemente repulsa toda e qualquer forma de melhoramento das ligações terrestres com a Europa através de território espanhol.

Há nestas três "obediências" anti-espanholas uma característica comum: o inconformismo perante a Geografia que o destino nos reservou. Contudo, a Geografia é o elemento verdadeiramente fixo da vida das comunidades organizadas em estados e sua condicionante política principal. Tentar contrariar os efeitos do meio físico, sem possuir os meios adequados a tal cometimento, tem sido, ao longo dos séculos, o caminho mais curto para a instabilidade, a guerra e o retrocesso social.

Não precisamos de renegar a nossa História para concluirmos que a questão da Unidade Ibérica – isto é, a ideia de conferir ao conjunto geográfico peninsular uma só configuração política – foi objectivo perseguido, em diversas ocasiões, pelos próprios soberanos portugueses, e, não apenas, pelos detentores da coroa castelhana. O primeiro a tentar essa união foi D. Fernando I. Mal sucedido nos campos de batalha, deixaria aberto, após a sua morte, o caminho à união com o poderoso vizinho, através do casamento da herdeira do trono português, D. Beatriz, com o rei João I de Castela. Tratava-se de uma situação análoga à que, um século mais tarde, possibilitaria a união de Castela com Aragão, por via do matrimónio entre Isabel e Fernando. A intervenção do Mestre da Avis e dos seus partidários frustrou essa união, dando início a uma dinastia nova que, naturalmente, assentara a sua legitimidade exactamente no pressuposto da rejeição da união com Castela.

Não durou muito tempo, porém, essa devoção anticastelhana. A atracção da geografia revelar-se-ia verdadeiramente fatal. A partir de D. Afonso V, a ideia da união com Castela começa a ser perseguida de uma forma sistemática. O futuro D. João II acompanha seu pai na aventura desditosamente concluída na batalha de Toro e guarda para si o convencimento de que o fracasso de então não haveria de ser o fim do sonho ibérico. Já rei, concerta o casamento de seu filho D. Afonso com a infanta D. Isabel, filha dos Reis Católicos. A princesa castelhana era vista, com algum fundamento, como futura rainha dos reinos de Castela e Aragão. De facto, por altura das bodas, o único filho varão dos Reis Católicos, o infante D. João, encontrava-se gravemente enfermo, sendo Isabel a segunda na cadeia sucessória. Se, como parecia provável, a infanta viesse a ser declarada herdeira dos Reis Católicos, o filho primogénito desse enlace reinaria em toda a península hispânica.

A trágica morte de D. Afonso, em Julho de 1491, desfaz por um momento o sonho da unificação. Amargurado, resta a D. João II retomar a política de separação de interesses e boa vizinhança que, apesar de tudo, se desenvolveu à sombra do Tratado de Tordesilhas (07-06-1494). Concluído este importante episódio de uma estratégia que era, claramente, uma segunda opção, viveu D. João II pouco mais de um ano, vindo a falecer em Outubro de 1495.

A D. João II sucede D. Manuel I, constituindo-se herdeiro dos principais projectos do seu antecessor: a descoberta do caminho marítimo para a Índia e, claro, a união ibérica. Para concretização do sonho da união ibérica, D. Manuel I desposa D. Isabel, viúva do malogrado infante D. Afonso. Em 1498, tendo já falecido o infante D. João, herdeiro

(Continua na página 28)

Arquivo DN

As alterações climáticas

RUI G. MOURA

A TEMPERATURA superficial da Terra tem conhecido, surpreendentemente, uma estabilidade milenar. Os factores que controlam essa temperatura são a emissão solar, as características orbitais da Terra, as circulações dos oceanos e da atmosfera, os movimentos tectónicos, as nuvens, o vapor de água, as partículas e os aerossóis, incluindo as emissões vulcânicas, o gelo e a neve, os gases naturais e os antropogénicos (produzidos pelo Homem na sua labuta diária) e a própria vida (expiramos dióxido de carbono que, por isso, não deve ser considerado um poluente). A miríada de interacções entre estes processos e condições é o que torna o estudo das alterações climáticas um tema apaixonante e imprevisível.

Alguns destes factores tendem a reduzir os efeitos das alterações climáticas e outros a amplificar. A estabilidade da temperatura do planeta sugere que predominam os factores que tendem a reduzir os efeitos das alterações climáticas. Para se perceber a física da atmosfera, os processos de redução e aumento dos efeitos e as sensibilidades do clima utilizam-se modelos designados por modelos climáticos globais.

Estes modelos – constituídos por um grande número de expressões matemáticas –, devido ao elevado número de aproximações e de parâmetros atribuídos exogenamente, permitem fazer apenas uma predição das alterações do clima actual com uma incerteza bastante elevada. Até hoje, estes modelos não têm em consideração, por exemplo, nem as nuvens nem os aerossóis que são factores bastante representativos daqueles que reduzem os efeitos das alterações climáticas, que são os mais importantes para a estabilização do clima.

Equilíbrio radiativo

A Terra é aquecida pela radiação incidente do Sol e arrefecida pela sua radiação reflectida para o espaço. De acordo com os registos históricos sabe-se que a Terra tem conhecido uma temperatura absoluta aproximadamente constante (menos de 4 % de variação nos cem milhões de anos passados), sugerindo um equilíbrio entre as radiações incidentes e reflectidas.

O nosso planeta é heterogéneo, com oceanos, continentes, florestas, nuvens e camadas de gelo com diferentes temperaturas. Cada uma destas zonas emite diferentes quantidades de radiação. Além disso, algumas radiações são emitidas a partir da superfície terrestre e outras a partir de diferentes altitudes situadas na atmosfera como sejam as das nuvens.

Igualando apenas a radiação incidente e a radiação reflectida pela Terra, determinar-se-ia a temperatura de –18 ºC na sua superfície. Esta temperatura é demasiado fria comparada com a temperatura superficial média de 15 ºC. Daqui se infere que este modelo é demasiado simplista e falta considerar o chamado efeito de estufa em que a partir de uma determinada camada da atmosfera é reenviada para a superfície terrestre uma parte das radiações emitidas pelo planeta, equilibrando o balanço real das radiações (que é bastante mais complexo do que esta simplificação). O efeito de estufa é pois benéfico por facilitar a vida no planeta.

Devido à presença dos factores que amplificam ou reduzem os efeitos das alterações climáticas podemos assumir que o clima do planeta é relativamente estável como o demonstram os registos históricos. Há cinquenta milhões de anos a temperatura superficial média era cerca de 10 ºC mais quente do que os valores verificados actualmente. Durante os passados dez mil anos, a temperatura oscilou cerca de ± 1 ºC à volta dos recentes 15 ºC médios. Apesar destas variações de temperatura serem relativamente pequenas comparadas com a temperatura absoluta média, elas podem causar alterações sensíveis no clima global.

Gases com efeito de estufa

O Intergovernmental Panel on Climate Changes (IPCC), organismo técnico da ONU para as alterações climáticas, identifica seis gases com efeito de estufa (GEE), a saber: o dióxido de carbono, o metano, o óxido nitroso, e três compostos de halogéneos (HFC, PFC, SF6).

Este organismo internacional já efectuou numerosos exercícios de planeamento (mais de duas centenas) para avaliação das emissões dos GEE entre 1990 e 2100, assim como os sobreaquecimentos globais correspondentes que se verificariam.

Para o período de 1990-2050, o IPCC fixou-se no intervalo de sobreaquecimento de 0,7 ºC – 2,7 ºC. Entre 1990-2100, adoptou o intervalo de 1,4 ºC – 5,8 ºC. Ainda

e as adivinhas do futuro

houve a tentativa de aumentar o valor superior para 11 °C, no final do século, o que poderia levar os governos a aceitarem mais facilmente as teses do IPCC. Essa hipótese não vingou mas conduziu à substituição verificada há pouco tempo do presidente da organização que teve aquela ideia e perdeu a eleição para a renovação do mandato.

Todos estes resultados são motivo de polémica entre vários especialistas na matéria. Uns acham que são valores elevados e outros que são reduzidos. A dúvida começa na metodologia seguida que tem de iniciar na avaliação das procuras e ofertas de energia responsáveis pelas emissões dos GEE.

Os especialistas de planeamento energético, para já, não se abalançam a realizar exercícios com intervalos tão longos de 60 a 110 anos como os considerados pelo IPCC. Satisfazem-se com planeamentos de 20 anos e mesmo assim com grandes dúvidas acerca do valor dos resultados a partir dos primeiros 10 anos. Depois, para determinar as procuras – ofertas de energia e determinar as emissões, têm de considerar variáveis explicativas daquelas grandezas em número suficientemente elevado de modo a se obter uma garantia suficiente de se estar próximo do sistema energético real.

Por exemplo, o Plano Energético Nacional de 1992 considerou várias dezenas de variáveis explicativas das procuras – ofertas de energia (população, número de famílias, hábitos de consumo, número de electrodomésticos por família, fogões de vários tipos, aquecedores, arcas frigoríficas, frigoríficos, microondas, televisores, máquinas de lavar roupa e louça, secadores de roupa, e respectivos consumos anuais, automóveis e transportes colectivos, e respectivas utilizações e consumos específicos, cenários de evolução da indústria, da macroeconomia, vários tipos de centrais de produção de energia eléctrica, etc., etc.). Além destas, é fundamental entrar com cenários de preços dos equipamentos que concorrem para a produção da energia e dos preços da própria energia, assim como da taxa de inflação (de actualização), que explicam muito do que poderá acontecer num prazo relativamente alargado.

O nosso planeta é heterogéneo, com oceanos, continentes, florestas, nuvens e camadas de gelo com diferentes temperaturas. Cada uma destas zonas emite diferentes quantidades de radiação. Além disso, algumas radiações são emitidas a partir da superfície terrestre e outras a partir de diferentes altitudes situadas na atmosfera como sejam as das nuvens.

O IPCC, nos seus estudos, considera apenas três variáveis explicativas: população, PIB e evolução tecnológica (intensidade energética ou seja quantidade de energia necessária para produzir uma unidade do PIB). Partem de valores globais, projectados para os próximos 100 anos (?), fornecidos pela ONU (população), pelo Banco Mundial – FMI (PIB) e pela Agência Internacional de Energia (tecnologia) que depois entram em modelos específicos que os dividem por regiões do globo. Isto é manifestamente insuficiente, tanto mais que se ignora uma variável importantíssima que preocupa imenso os técnicos de planeamento do sector energético: o preço da energia. Sem consideração dos preços é difícil obter resultados considerados fiáveis.

Além disso, o IPCC considera a existência de combustíveis em abundância durante todo o período de 1990-2100, mas os especialistas do ramo petrolífero anunciam que em 2010 se vai verificar o chamado *peak of oil*, isto é, as reservas mundiais de petróleo bruto vão passar pelo pico máximo de extracção anual a partir do qual se vão exaurir até meados dos século XXI. Até lá, não são de desprezar grandes dificuldades de abastecimento de petróleo com uma subida de preços apreciável.

(Continua no próximo número)

Obra de Franco Charais apresentada em Lisboa

O GENERAL Franco Charais deu recentemente à estampa «O Acaso e a História». A obra foi apresentada em sessão pública, na sede da Associação 25 de Abril, em Lisboa, no dia 16 de Abril. Perante numerosos convidados e amigos do autor, coube ao jornalista Rogério Rodrigues fazer a apresentação deste novo trabalho. Assim:

«Senhor general e pintor, Franco Charais, senhora e pintora Stela Barreto, caríssimo tenente coronel Vasco Lourenço, caríssimo editor Baptista Lopes, minhas senhores e meus senhores, militares e civis presentes na beleza austera deste edifício, um espaço de convívio, memória e dignidade:

Cabe-me a inesperada honra de apresentar este livro de memórias, de desencantos e alguma indignação, *O Acaso e a História* em que a História é mais do que Acaso e o destino a perplexidade ainda por resolver.

Não serei por certo a pessoa mais habilitada para apresentar este livro, inveterado civil, militar à força e não mobilizado para a guerra por morte em combate de um irmão meu, alferes miliciano.

Se mais não fora, quase todos nós temos uma gota de sangue vertida numa guerra inútil, seja de familiares, seja de amigos. Se mais não fora, militares como Franco Charais estancaram essas gotas de sangue, fornecendo em contrapartida vagas de afecto, de esperança e de futuro. E se mais não fora, já tinha valido a pena. Mas foi muito mais, e valeu muito mais a pena.

Ao ler e reler este livro, nas provas e já impresso, apetece-me recordar Sísifo, não só pelo castigo dos deuses, vingadores, arbitrários e ressentidos, mas sobretudo pela assunção da procura da felicidade, pessoal e colectiva.

Estou a falar de uma carreira militar completa, de cadete a general, das comissões de serviço ao 25 de Abril, ao comando da Região Militar do Centro e ao Conselho da Revolução; de cerca de oito anos na política, no C.R. como garante da Constituição e da passagem do poder militar para o poder civil; de catorze anos na vida empresarial, e de uma carreira de artista plástico começada aos 65 anos, num regresso, diria com carga genética, às origens, pois o seu pai também pintava.

Costuma-se dizer que a Revolução devora os seus mais dilectos filhos. No caso português nem essa realidade trágica houve. Fazendo jus aos nossos proverbiais costumes brandos e hipocrisia de sacristia, foram esquecidos, minimizados e caluniados, como se fossem algo descartável, num cinismo político onde a cobardia se soma a ingratidão.

Creio que verdadeiramente no MFA só o Povo acreditou. Teve com ele uma ligação afectiva única que se foi esgarçando devido às instituições e ideologias que, temporariamente adormecidas, foram ganhando voz ou pelo menos malévolo sussurro: a Igreja, a extrema-direita, a noção patética de espoliados, e mesmos partidos políticos que com medo do futuro imediato, proclamaram nos

seus programas degenerescências socialistas, de imediato apagadas, e também aqueles que, sustentados num radicalismo infantil, objectivamente se conluiaram com o que de mais retrógrado havia na sociedade portuguesa.

A estrutura narrativa do livro conduz-nos para percursos não paralelos na cronologia, mas paralelos na procura: a experiência militar, o 25 de Abril, o 11 de Março, 28 de Setembro, 25 de Novembro, a extinção do Conselho da Revolução, ironicamente a 14 de Julho de 1982, data comemorada em França, como a tomada da Bastilha, uma espécie de 25 de Abril da Revolução Francesa, com implicações bem mais trágicas, é verdade. O livro conduz-nos também pelas suas viagens, oficiais e particulares, onde à ingenuidade de olhar perante certas realidades se soma o desencanto da despedida, como na sua visita a Macau; as suas actividades empresariais, o regresso à África, no afã da cooperação que quase diria idealista. E, por fim, o regresso à pureza inicial da infância, no Porto, ao seu 25 de Abril interior: a pintura.

As memórias como o próprio reconhece, " alimentam-se dos jogos e lutas que se desenvolvem ao nível das estruturas superiores do Estado, civis e militares".

Quem lhe falou pela primeira vez do Movimento dos Capitães foi Vítor Alves que lhe pede para dar apoio a um documento que estava a ser elaborado por Melo Antunes e Costa Brás. É convidado a ir a uma reunião de Cascais, também sob influência de Sanches Osório. Já na altura era tenente-coronel e, para cúmulo, do Estado Maior.

Diga-se em abono da tolerância, não incompatível com o rigor, a discordância não contraditória com a generosidade, sempre expressa nas palavras e memória de Franco Charais, que estará sempre ao lado dos camaradas de armas, mesmo daqueles com quem esteve em desacordo, desde militares ligados a Vasco Gonçalves a militares conotados com a esquerda radical. O que lhe é difícil compreender são a permissividade perante casos como o de Spínola e o rigor com dezenas de militares do 25 Novembro, condenados mais politicamente do que militarmente, ou seja, sem razões para serem punidos face à sua caderneta limpa e aos seus serviços antes e depois do 25 de Abril.

De Spínola confessa Franco Charais: na sequência do 11 de Março «devia ter sido julgado como desertor e expulso das Forças Armadas se tivessem sido aplicadas as leis militares em vigor».

Registe-se que Spínola foge para a Espanha, roubando quatro helicópteros.

Mas com o 25 de Novembro, com a aparente normalização das Forças Armadas, o que se aplicava com o conluio da maioria dos partidos, era a tentativa do apagamento do MFA, o silenciamento dos seus heróis ou protagonistas. Que o digam Salgueiro Maia e Melo Antunes, só falando dos já falecidos. Um reconstruiu-se na Etnologia, Antropologia e Ciências Políticas, esfuziante de vida, mesmo no conhecimento da morte próxima; o outro, refugiou-se, em Sintra, entre a escrita e a amargura, num auto-exílio. A mediocridade e os pendericalhos venceram. O destino dos heróis é resistirem à ingratidão, com a secreta esperança de que o tempo histórico lhe dará o lugar que merecem no coração dos povos.

Sem perder a esperança numa sociedade melhor, em que o consumo e a moda sejam secundários (inquietações e interrogações que perpassam em toda a narrativa), Franco Charais que se considerava «objecto de um saneamento militar ou político-militar», declara: «Nas Forças Armadas havia de facto dois pesos e duas medidas. Para os oficiais conotados com a direita não havia obstáculos para os seus comportamentos político-militares, nem para as suas carreiras. Quanto aos outros, ou eram ultrapassados nas suas promoções ou eram enviados a Conselho Superior de Disciplina, numa tentativa de obtenção de parecer que permitisse a sua passagem à reserva compulsiva.»

Já vai longo o texto. Mas para melhor perceber a forma de estar na vida de Franco Charais e a sua capacidade de ser solidário e a sua definição do ideal das Forças Armadas não resisto a transcrever partes do testemunho escrito em defesa de Otelo de Saraiva de Carvalho e do seu livro *Alvorada em Abril*, do qual algumas afirmações foram consideradas chocantes pelos falsos guardiões do templo das virtudes militares. Ei-las: "Identifiquei no teu livro situações similares por mim próprio vividas e que me levaram a entrar no nosso movimento dos capitães. Tu

(Continua na página seguinte)

Recensão

João Baptista Magalhães

Locke, «A Carta Sobre a Tolerância» No Seu Contexto Filosófico

Colecção Sapiens. Contraponto
Edições Afrontamento
186 pág.
Euros, 10.

FOI NO INVERNO de 1685/86 que o filósofo John Locke, então na clandestinidade, escreveu um dos documentos que iriam marcar decididamente a modernidade: a "Carta sobre a Tolerância". Tratou-se da primeira reflexão sobre os limites do poder político e, também pela primeira vez, foi feita a defesa da separação entre a sociedade política e a sociedade religiosa.

O nosso colaborador, neste seu trabalho recentemente apresentado, contextualiza o documento de Locke (traduzido do original) nos problemas políticos, económicos e religiosos do tempo e analisa o percurso da ideia de tolerância até aos nossos dias.

"Ninguém tem o direito de exercer violência sobre a consciência dos outros" é a máxima de Locke que representa um sinal dos novos tempos, tempos preocupados com os direitos universais do homem. É neste quadro que a tolerância se torna na condição fundamental do respeito pelo direito natural e que todo o homem tem de poder assumir livremente o seu próprio destino. E isso coloca, como claramente é expresso no livro, problemas antropológicos, epistemológicos e políticos. Locke discorda do pessimismo de Hobbes relativamente à natureza humana, mas não vai ao ponto de afirmar, como afirmou mais tarde Rousseau, que o homem é naturalmente bom. Para o filósofo da tolerância, o homem será o que for a sua educação. E esta parte de uma concepção epistemológica que corrige os mal-entendidos sobre a origem e desenvolvimento do pensamento. Se a experiência é a única fonte do conhecimento, este terá de ser limitado. Uma consciência tolerante não pode, então, reivindicar para si o monopólio da verdade e muito menos o poder de a impor aos outros. A verdade é um ponto de vista que se propõe à discussão. A cegueira do fanatismo e do fundamentalismo teocrático fundamentava a autoridade num conceito de verdade e tornava-se intolerante para quem exercesse o direito de ter outras concepções. Contra isso, bateu-se Locke, defendendo que, não havendo verdades inatas, ninguém pode suspender pela força o confronto de ideias. E se não há verdades inatas, também não pode haver poder inato. Não faz, por isso, sentido, a tese do direito divino que serviu para Robert Filmer sustentar que todos os direitos e poderes foram transmitidos por Deus aos homens que, por sua vez, os transmitem entre si, sempre de acordo com a vontade divina. O poder - defende Locke – adquire-se por delegação e não por autoridade. É o bem comum (e não a salvação da alma) que justifica a organização política do Estado e só o acordo que resulta do entendimento entre os cidadãos legitima o Governo. As preocupações da felicidade civil são os fins do governo civil e as preocupações da felicidade sobrenatural são os fins da sociedade religiosa. Partido do princípio de que finalidades diferentes não podem ser misturadas, Locke funda a ideia de um Estado democrático e laico, tal como o entende as sociedades contemporâneas.

A tolerância surge não só como uma questão religiosa ou de consciência, mas sobretudo como um problema político, no verdadeiro sentido desta palavra; isto é, como um problema da aplicação de uma filosofia que tem como objectivo promover a felicidade neste mundo e aperfeiçoar a moral.

A conquista da tolerância surge, no trabalho que deu à estampa o nosso colaborador, João Baptista Magalhães, como um processo histórico que conduz a um desenvolvimento gradual da liberdade e dos direitos humanos.

Sublinhando as palavras do prof. Arnaldo de Pinho na Introdução do livro é bom recordar que «cada época tem os seus intoleráveis. Os da época de Locke estavam sobretudo na falta de separação Religião/Estado.(...) É necessário em cada época detectar o intolerável, ou seja, a forma do mal que a consciência não pode tolerar.» Esta conclusão merece bem a leitura deste livro. ■

O Acaso e a História

(Continuado da página anterior)

e eu fomos formados na Academia Militar onde nos incutiram princípios de honra, disciplina, ética, camaradagem, Nação, Pátria. Na nossa vida profissional, quantas vezes vimos atropelados, por superiores e camaradas aqueles princípios. Vimo-los bajulando superiores e, nas suas costas, nomearem os seus vícios, os seus defeitos. Ouvimos e assistimos à luta pelo louvor, pela promoção, pela condecoração. Na guerra contactámos com a miséria, a discriminação racial, a doença, o analfabetismo, em suma, com a verdadeira injustiça social. Aprendemos a conhecer melhor o nosso povo e vimos o contraste entre riqueza e pobreza, cultura e analfabetismo, exploradores e explorados. Palmilhámos as colónias e constatámos que o povo nada lucrava com a vastidão e riqueza dos seus territórios. Uma pequena percentagem enchia os bolsos e a grande maioria, ou vegetava no solo da Mãe Pátria, ou revoltava-se, emigrando para a Europa ou Américas.

E revoltámo-nos sonhando com umas Forças Armadas mais dignas em que os princípios de ética, justiça, camaradagem, chefia, não fossem palavras vãs, com uma sociedade mais próspera e justa, tão justa e livre que conferisse aos povos das nossas colónias a possibilidade de, também em liberdade, construírem o seu próprio futuro. E, se quando nos revoltámos, recebemos o imediato apoio de todo o povo português e, mesmo, de todos os povos do mundo, era porque as Forças Armadas de antes do 25 de Abril de 1974 e muitos dos seus militares não eram prestigiados e, por acção ou omissão, ofendiam os princípios mais sagrados do povo português. Sou de opinião que não atacas as bases fundamentais das Forças Armadas pois estas são inatacáveis e indestrutíveis em tudo aquilo que têm de correcto e justo. Elas foram e continuarão a ser o repositório dos feitos heróicos do povo português e dos factos mais notáveis da sua História.

Apenas denuncias, no teu livro, alguns factos indignos e vergonhosos que devem servir de reflexão e de lição para os nossos camaradas, principalmente das gerações que nos irão substituir. Julgo que prestaste com o teu livro um bom serviço às Forças Armadas. Quer os nossos camaradas te acusem, quer não, tu já fazes parte da nossa História.

Eles serão por ela ignorados." Estas palavras em defesa do autor da *Alvorada em Abril* ajustam-se perfeitamente à defesa e louvor do autor do *Acaso e a História*. Este livro de Franco Charais é um atestado de cidadania que todos nós aqui presentes por certo subscrevemos.» ■

Capela - primeiro prémio, revista T. L., 1998

I Concurso Nacional de Fotografia «O Referencial»

VOLTAMOS ao Concurso de Fotografia, com algumas alterações ao Regulamento, que republicamos na íntegra.

Esperamos que o facto de, até agora, ninguém ter participado no Concurso, não signifique que não temos associados fotógrafos... ou que se inibem em participar em concursos.

Como incentivo à participação no nosso Concurso, publicamos algumas fotos do nosso associado Armando Isaac, que tem como *hobby* a fotografia, que ele próprio revela e amplia num pequeno laboratório que montou na sua garagem.

A sua arte levou-o a conquistar vários prémios em diversos concursos, em Portugal e no estrangeiro (já em Junho lhe foi atribuído o 2.º Prémio, em França, na Mairie de Mabby).

Vamos seguir o seu exemplo: quem sabe se não se revelarão exímios fotógrafos!...

Vai a Direcção da A25A, em conjunto com a Direcção de *O Referencial*, levar a efeito um concurso fotográfico trimestral, que se rege pelo seguinte

Regulamento

1. Objectivo

Proporcionar aos amantes da fotografia a participação numa iniciativa de carácter lúdico e cultural relacionada com uma actividade de seu interesse.

2. Participantes

O concurso está aberto à participação de

(Continua na página seguinte)

Maternidade, terceiro prémio do II Grande Concurso Volta ao Mundo, 1999

(Continuado da página anterior)

todos os associados e seus familiares, excluindo os membros do júri e funcionários da A25A.

3. Tema

O tema é livre, podendo ser apresentar-se trabalhos fotográficos em papel, sem qualquer suporte, nas modalidades a cores e a preto e branco.

4. Número de trabalho e formatos

Cada participante pode apresentar trabalhos no formato mínimo de 10x15 e máximo de 17x25.

5. Identificação

No verso de cada trabalho deverá constar em letra legível: o título do trabalho, o nome do autor, morada, telefone, número de associado da A25A e grau de parentesco, com associado, se for caso disso.

6. Recepção dos tarbalhos

Os trabalhos a submeter a concurso deverão ser enviados à A25A até ao último dia útil dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro de 2002, ficando os mesmos a constituir propriedade da A25A.

7. Envio

Os trabalhos participantes poderão ser entregues em mão ou enviados pelo correio, com o seguinte endereço:

Associação 25 de Abril
Concurso Nacional de Fotografia
O Referencial
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 LISBOA

8. Prémios

1. Só haverá uma fotografia premiada por trimestre, podendo o júri atribuir menções honrosas, sendo todas estas publicadas em O Referencial.

2. O autor da foto premiada receberá uma medalha da A25A.

3. Cada edição de *O Referencial* divulgará a foto premiada no trimestre anterior, bem como as menções honrosas.

4. Em Janeiro do ano seguinte, será seleccionada a melhor foto entre todas as premiadas, à qual será atribuído um grande prémio, cujo valor e natureza serão divulgados em breve.

9. Júri do concurso

Os trabalhos admitidos serão apreciados por um fotógrafo de reconhecido prestígio e dois responsáveis de *O Referencial*. ■

Três Palmeiras, Canaima - Venezuela, primeiro prémio, People@pt. Pricewaterhouse

Picaria, segundo prémio, Mairie de Mably, França, Junho 2002

«El corte» espanhol

(Continuado da página 21)

das coroas de Castela e Aragão, os reis de Portugal são jurados, em Toledo, herdeiros do trono de Castela. Recusam-se os aragoneses a idêntico juramento, alegando que nas suas tradições se não previa a sucessão feminina. O problema resolve-se, pouco tempo volvido, quando nasce o primeiro filho dos reis de Portugal, o príncipe D. Miguel da Paz, o qual é aceite pelos aragoneses como seu futuro rei. Todavia, a rainha D. Isabel falecera de parto, retirando a D. Manuel a qualidade de herdeiro do trono de Castela. Depois, é a morte prematura do príncipe (1500) que provoca o adiamento, por mais oito décadas, da união dos três reinos.

Mas D. Manuel I não quer perder a ligação a Espanha. Se não é já a união ibérica a comandar os acontecimentos, é, ainda, o objectivo de assegurar a paz, indispensável para o prosseguimento dos descobrimentos e da consolidação do império. Não podendo casar com a segunda filha dos reis de Espanha (Joana, a Louca, que entretanto desposara Filipe, o Belo), opta pela mais nova, a infanta D. Maria.

Os matrimónios entre as duas casas reais não vão mais parar. Tendo voltado a enviuvar, D. Manuel I consorcia-se, em terceiras núpcias, com D. Leonor, filha de Filipe I. O herdeiro da coroa portuguesa, D. João, casa, por seu turno, com D. Catarina, irmã de D. Leonor, enquanto que Carlos I de Espanha desposa D. Isabel, primogénita de D. Manuel I. Na geração seguinte, é a vez de Filipe II casar com D. Maria, filha de D. João III, e de o príncipe herdeiro português, infante D. João, casar com a infanta Joana, filha de Carlos I e irmã de Filipe II. Deste último casamento nasceria D. Sebastião, que era, portanto, sobrinho de Filipe II de Espanha.

O resto da história é bem conhecido. Desaparecida a dinastia de Avis, Portugal cai nas mãos de Filipe II, consumando-se o que a geografia andava a sugerir havia duzentos anos. O mais curioso, todavia, é que foi precisamente a dinastia fundada por D. João I – na base da separação de Portugal como reino independente, repete-se – que aprofundou os laços familiares com os soberanos do país vizinho, o que, naturalmente, não tinha outro fim que não fosse a união das duas casas reais.

Mas seria esse objectivo de união, para nós portugueses, um fim em si mesmo? Para responder a essa questão faltam, todavia, documentos inequivocamente esclarecedores. Podem, no entanto, arriscar-se, como justificação, razões de política conjuntural de grande peso. Aceitando como certo que toda a acção política de D. João II obedecia a um plano rigorosamente concebido e executado, pode imaginar-se que, para o Príncipe Perfeito, a problemática da unidade ibérica se perfilasse como um pressuposto indispensável ao arranque da aventura do Oriente, isto é, estando já esclarecida por Bartolomeu Dias a questão da passagem do Atlântico para o Índico, não conviria avançar para a concretização da viagem sem garantir, primeiramente, um poderio político, económico e militar como o que resultaria da união. Explicar-se-ia, deste modo, porque é que, tendo regressado Bartolomeu Dias da sua viagem ao Cabo da Boa-Esperança no final de 1488, tenha D. João II falecido, em Outubro de 1495, sem ter concretizado a viagem inaugural à Índia. E que, pelo contrário, tendo D. Manuel I casado com a herdeira de Castela, logo se tenha materializado a referida viagem. A união política como pressuposto de um maior protagonismo a nível regional e mundial é, de resto, um conceito sempre renovado, como se comprova pela própria criação da União Europeia.

A adesão dos dois países à União Europeia, ao mesmo tempo que afasta a hipótese do domínio político de Espanha (no sentido histórico tradicional), reforça o entrelaçar de interesses entre os dois países em termos tais, que, na verdade, só a falta de senso comum pode consentir que resvale para uma qualquer forma de peleja. Naturalmente que teremos – com a Espanha, como com outros países – interesses divergentes que carecem de ser defendidos. Mas aos mais tradicionalistas convém recordar que foi precisamente na época da nossa maior projecção mundial, no tempo em que nos afirmámos como potência marítima à escala global, que mais nos aproximámos de Espanha. O desenvolvimento das nossas capacidades marítimas deve, por conseguinte, ser visto como um precioso complemento da nossa integração europeia e não como uma forma de a contrariar.

Quanto às tradições do nosso povo, guardemo-las na arca santa da nossa memória, com a veneração que indubitavelmente merecem. Não deixemos, porém, que o passado tolha as perspectivas do futuro. A situação, de resto, não é nova:

«A questão é – escreveu Alexandre Herculano –, se hoje o povo português tem alguma vantagem que tirar dessas tradições, na situação em que a Providência o colocou. Sejamos sinceros. Pode ele sonhar em ser conquistador, ou sequer em constituir uma potência marítima ou continental que pese com demasiada força na balança dos acontecimentos políticos? Parece-me que nenhum sisudo o dirá. Somos pequenos; mas nem isso é vergonha, nem impedirá que as grandes nações nos respeitem, se formos respeitáveis. Para obtermos consideração basta que os nossos progressos intelectuais e morais mostrem à Europa que sabemos, queremos, e podemos regenerar-nos pela ciência, pelo trabalho e pela morigeração.»[1] ■

[1]Alexandre Herculano, *Solemnia Verba, Segunda Carta ao Sr. A. L. Magessi Tavares*, Vol. III, Tomo I, p. 116.

Delegação do Alentejo

O SÓCIO n.º 2236 da Associação 25 de Abril e, que também é sócio fundador da Delegação Alentejo e da actual Comissão Instaladora, foi um dos militares que fazendo parte da coluna de Santarém, comandada por Salgueiro Maia, teve uma relevante importância no conjunto das acções desenvolvidas no 25 de Abril foi eleito presidente da Câmara Municipal de Grândola.

A Delegação do Alentejo, com o apoio da Câmara já tem novamente a sua (nova) sede em Grândola em condições de funcionar, a morada é : Rua Sacadura Cabral (junto ao CEME) – 7570 Grândola. Por enquanto ainda não temos um horário de abertura, mas vamos iniciar contactos com o Centro de Emprego e Formação para tentar arranjar uma funcionária a meio tempo e fim de semana.

Neste momento é importante conseguir um telefone, um fax e um computador com ligação à INTERNET, para que possamos continuar o nosso trabalho. Precisamos urgentemente destes equipamentos e ainda uma máquina de fotocópias, se puderes dar uma ajuda, nós agradecemos. Só o nosso esforço colectivo irá permitir a nossa acção no Alentejo.

Foi oferecido à Delegação do Alentejo pelo nosso associado, sargento ajudante Candeias, um borrego. As rifas estarão à venda a partir do mês de Agosto, com especial incidência durante a Feira de Grândola.

O nosso sócio e membro da Direcção Nacional da A25A, arquitecto José Romano, reuniu com a Delegação do Alentejo, tendo-se disponibilizado para, conjuntamente com a Câmara Municipal de Grândola e o nosso sócio Helder Costa, traçarem linhas de base, para o arranque do projecto "Espaço Abril Liberdade". Agradecendo desde já a sua disponibilidade, ficamos aguardando a reunião com a edilidade grandolense.

A Delegação do Alentejo vai iniciar uma campanha, junto das autarquias do Alentejo e Associações de Municípios, no sentido de apoiarem esta Delegação, completando o esforço feito pela Câmara de Grândola, que é já relevante. Queremos no próximo ano ter uma estrutura operacional, que permita levar o 25 de Abril e a sua Associação a grande parte do Alentejo, sobretudo aos mais jovens. ■

Convites dirigidos à A25A

Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega: exposição «O 25 de Abril», 23 a 28 de Abril de 2002.
Alta Autoridade para a Comunicação Social: colóquio «Sondagens e Comportamento Eleitoral dos Portugueses», 7 de Maio de 2002.
Âncora Editora: lançamento do livro «Cenas da Vida de um Minotauro», de José Viale Moutinho, 10 de Abril de 2002; lançamento do livro «Fátima - Nos Bastidores do Segredo» de Fina d'Armada e Joaquim Fernandes, 22 de Maio de 2002.
Galeria Pepper's: inauguração de pintura de Isabel Lucas Duarte, 11 de Maio de 2002.
Comissão Nacional do 50. º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Década das Nações Unidas para a Educação em Matéria de Direitos Humanos: conferência «A Globalização do Humanismo» pelo prof. dr. José Medeiros Ferreira, 12 de Abril de 2002; conferência «O Direito Internacional Humanitário» pelo dr. José Meneses Pimentel, 19 de Abril de 2002; conferência «O papel da Amnistia Internacional na defesa dos Direitos Humanos», por Luís Silveira, 6 de Junho de 2002.
Associação dos Deficientes das Forças Armadas: comemorações do 28º aniversário, 14 a 19 de Maio de 2002.
Associação Portuguesa de Deficientes: Lançamento do livro branco «Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência - da Utopia à Realidade», 22 de Abril de 2002.
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira: inauguração da exposição «Capas dos Sons de Abril». Colecção de discos cedidos pelo cap. Heitor Vasconcelos; colóquio «25 de Abril, 28 anos depois - Que democracia? Que cidadania?», 24 de Abril 2002.
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia: Estreia do 189.º espectáculo do TEP «O Café» de Rainer Werner Fassbinder, 9 de Maio de 2002.
Clube Recreativo da Cruz de Pau: Exposição «José Afonso - Levanta-se a Voz», 17 de Maio de 2002. Atelier «As crianças e a Magia», 23 de Junho de 2002.
Edições Asa: Lançamento do livro «Pau-Brasil» de Jean-Cristophe Rufin - Prémio Goncourt 2001; debate «Que Futuro para a acção Humanitária?», 29 de Maio de 2002.
Editorial Caminho: Lançamento do livro «O Assobiador» de Ondjaki, 24 de Abril de 2002; conferência sobre «Inquisição de Évora 1533 – 1668», 17 de Abril de 2002; sessão de Lançamento do livro «Lições do Abismo» de Daniel Sampaio, 11 de Abril de 2002; sessão de lançamento do livro « Dissidências e Poder de Estado o MPLA Perante Si Próprio» de Jean-Michel Mabeko Tali, 15 de Maio de 2002; apresentação do livro «O Senhor Valéry» de Gonçalo M. Tavares; representação da peça «O Homem ou é Tolo ou é Mulher» de Gonçalo M. Tavares, 17 de Maio de 2002.
Editorial Notícias: Apresentação do album «Mistérios da Amazónia» de Carlos Cáceres Monteiro e Jacinto Rego de Almeida, 15 de Maio de 2002.
Federação Portuguesa das Colectivas de Cultura e Recreio: Sessão Solene o Dia Nacional das Colectividades, 31 de Maio de 2002.
Fundação Mário Soares: Conferência «Teoria Política e Políticas Públicas», 18 de Junho de 2002; lançamento do livro «Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Fundamentos Político – diplomáticos», de Maria Regina Marchueta e José Fontes, 17 de Junho de 2002.
Galeria Barata: Inauguração da exposição de pintura de Ezequiel, 6 de Abril de 2002.
Instituto Franco-Português. Encontro/ debate, «Reflexões sobre o serviço público de televisão», 11 de Abril de 2002. Encontro/ debate «Da crítica às audiências», 8 de Maio de 2002; encontro/debate «A Apropriação das imagens: dos Traumatismos ao Prazer», 22 de Maio de 2002; conferência «Vida Artificial - Implicações para a arte, a arquitectura e a democracia» por Leonel Moura e «Dos Estímulos das partes ao comportamento do todo estudos de diversidade em vida», de Vitorino Ramos, 28 de Maio de 2002.
Insituto Português da Juventude: Comemorações da Semana de África, 20 a 25 de Maio de 2002.
Liga dos Combatentes: Cerimónia da 66.ª Romagem à Batalha, 9 de Abril de 2002.
Pintor Henrique Tigo: inauguração da sua exposição, 18 de Maio de 2002.
Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina: inauguração da exposição de Ilustração, 11 de Abril de 2002.
Sindicato dos Professores da Grande Lisboa: IV Congresso do SPGL sob o lema «Escola Portuguesa - Rumos de Mudança», 9 e 10 de Maio de 2002.
Serviços Sociais do Montepio Geral: Inauguração da exposição de cerâmica e tapeçaria de Conceição Freitas e Conceição Ruivo, 6 de Maio de 2002; inauguração da exposição de pintura, colagem e desenho de Fernando Grade, 8 de Abril de 2002.
Teatro da Cornucópia: Espectáculo «História do Soldado», 23 e 24 de Maio de 2002.
Universidade de Lisboa: cerimónia da tomada de posse do reitor professor doutor José Adriano Rodrigues Barata Moura, 20 de Maio de 2002. ■

Colecção de Costa Gomes oferecida à Associação 25 de Abril

A colecção de miniaturas dos guiões que ao longo da sua carreira foram oferecidos ao marechal Costa Gomes foi doada à Associação 25 de Abril pela viúva, D. Stela Costa Gomes, que, assim, cumpriu um desejo expresso por aquele nosso associado.
Das ofertas ultimamente recebidas na Associação 25 de Abril registam-se as seguintes:
Livros: *Angola as Brumas do Mato*, oferta do do autor Manuel Leal Fernandes; *Introdução à Maçonaria*; *A Viagem – Contos do Absurdo*; *Ética e Direito – Algumas Questões Concretas*; *O Pássaro Azul – Contos e Poemas de Natal*; *Por este Caminho*; *Ossos do Ofício*; *As Noites Influentes*; *Miniaturas – Outros Sinais*; *Estudos Torguianos*, oferta do sócio António Arnaul; *Contributos para a História de Portugal*, oferta do autor, Rafael Luís Miguel da Silva.
Medalhas: da Câmara Municipal de Loures.
Quadros: *Sinais do Lar XIV*, de Stela Barreto.
Diversos: Pedra oriunda das obras efectuadas pela A25A no Forte do Bom Sucesso; pesa-cartas do secretariado do Forte Militar de Alcoentre onde era pesada correspondência a expedir pelos agentes da PIDE detidos, de Abril de 1975 a 1976; selo branco inutilizado pertencente ao Forte Militar de Alcoentre/Serviços Prisionais/Conselho da Revolução - oferecidos pelo coronel Coimbra do Amaral. Placa Municipal oferta da Câmara Municipal de Lagoa. Prato Comemorativo do 89.º aniversário da implantação da República em Portugal, oferta do Centro Republicano do Bombarral. Cópia de documento da O. P. do BC5 para o dia 25 de Abril de 1974, oferta do cor. José Fontão. ■

Concurso Escolar

ENCONTRAM-SE expostos na sede da Dele-gação do Norte da Associação 25 de Abril os trabalhos escolares executados no âmbito do concurso *O legado do 25 de Abril na esfera dos Direitos Humanos*.

O certame teve como objectivos centrais fomentar a produção de trabalhos de pesquisa por parte dos alunos, contribuir para o reforço das suas capacidades de expressão e promover o debate centrado nas questões relacionadas com os Direitos Humanos.

A iniciativa inscreveu-se na celebração do XXVIII aniversário do 25 de Abril e foi especialmente dirigida aos jovens que frequentam as escolas públicas do Ensino Secundário e dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico. Eis a lista de trabalhos premiados:

Modalidade A - Investigação Histórica

1º Prémio:
Trabalho de **Ana Carina SILVA** e **Liliana BARROS**
12º ano - turma B
Escola Miguel Torga (Sabrosa)

Modalidade B - Expressão

1º Prémio:
Trabalho de expressão plástica de **Joana Filipa**
9º ano - turma B
Agrupamento vertical de Escolas de Eiriz (Ancede)

2º Prémio:
Trabalho de expressão plástica de **Henrique Teixeira Mendes**
8º ano - turma A
Escola Básica dos 2º e 3º ciclos do Marão (Várzea)

3º Prémio:
Trabalho de expressão plástica de **Fábio Teixeira**
7º ano - turma A
Agrupamento vertical de escolas de Eiriz (Ancede)

1ª menção honrosa:
Trabalho de expressão escrita (prosa) de **Ana Maria Santeiro Rodrigues**
9º ano - turma B
Escola Secundária de Macedo de Cavaleiros

2ª menção honrosa:
Trabalho de expressão escrita (poesia) de **Cláudia Pinto**
9º ano - turma C
Escola Secundária Ferreira de Castro (Oliveira de Azeméis) ■

Associados falecidos

Adolindo Augusto Fernandes Amarante (sócio fundador nº 655).

Florentimo de Sá (sócio fundador nº 1435).

Maria Beatriz Costa Bastos de Figueiredo (sócio efectivo nº 2872).

Em memória de Adolindo Amarante, falecido em 13 de Junho passado e sepultado em São Martinho de Anta, recebemos do nosso associado Pessanha de Oliveira, o texto que, a seguir, se reproduz.

Serra!
E qualquer coisa dentro de mim se acalma
Qualquer coisa profunda e dolorida,
Traída,
Feita de terra
E alma.
Uma paz de falcão na sua altura
A medir as fronteiras:
Sob a garra dos pés a fraga dura,
E o bico a bicar estrelas verdadeiras.

Pátria, Miguel Torga

O Amarante partiu no dia de Santo António. Só o soube quase uma semana depois, quuando já servia de apoio às garras do falcão.

Com ele trabalhei largos anos. Bom amigo e bom camarada. Exigente no serviço. Pouco dele falava. Mas o bastante para saber das perseguições de que foi alvo. Pelo seu passar por Coimbra, pelos campos de concentração da Índia e pela construção da nossa democracia.

Acreditava no futuro do homem de de Portugal. Por isso lutou!

Sonhava a liberdade!

Gostava imensamente do que escrevia um seu conterrâneo: Miguel Torga.

Sei que recusaria qualquer homengam!

Sei que gostaria que nos lembrassemos dele quando lessemos os últimos versos da *Pátria* de Torga.

Até sempre, Amarante.

Às famílias enlutadas a A25A apresenta sentidas condolências. ■

RESTAURANTE E BAR DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

AVISO AOS ASSOCIADO E CONVIDADOS

Por motivo de férias o espaço do restaurante e bar estará encerrado no período de 18 de Agosto a 1 de Setembro de 2002. Dia 2 de Setembro reabrimos e esperamos por si

Vamos aprender Bridge! (55)

LUÍS GALVÃO

REFERIMO-NOS, ao comentar algumas mãos apresentadas como exemplos nos artigos anteriores, a escolha das melhores LINHAS DE JOGO baseadas em mais prováveis distribuições das cartas dum determinado naipe na posse dos nossos ADV.

O resultado do cálculo, registo e análise das frequências com que determinadas distribuições ocorrem, constituem uma ferramenta muito útil para todos os jogadores de bridge, permitindo-lhes à mesa optarem pela LINHA DE JOGO probabilisticamente mais forte como uma decisão fundamentada em dados estatísticos seguros.

1 – O CARTEIO

1.2. O CARTEIO EM ST

1.2.5. JOGAR DE ACORDO COM AS PROBABILIDADES

Ao carteador acontece, quase sempre, que ao preparar-se para cumprir um contrato se lhe apresentam como possíveis diferentes LINHAS DE JOGO. Perante esta situação tornar-se-á necessário escolher uma LINHA em detrimento das outras ou saber acumular algumas hipóteses ou ainda ter a sensibilidade para abandonar uma LINHA que verificou estar votada ao insucesso e experimentar uma substituta entre várias possíveis.

O instrumento de que o jogador se socorre para escolher a LINHA DE JOGO mais adequada à situação é, normalmente, a TABELA DAS DISTRIBUIÇÕES das cartas, de um determinado naipe, em poder do ADV.

Obviamente que não vou meter-me em demonstrações matemáticas profundas, para as quais não me sinto particularmente qualificado e que, na prática, não têm qualquer interesse, dado que ao jogador apenas interessa ter a noção da frequência com que determinadas distribuições aparecem e muito menos ser capaz de demonstrar o porquê dos cálculos apontados.

Partindo destes pressupostos resta-me apresentar a TABELA DAS DISTRIBUIÇÕES DAS CARTAS, DE UM DETERMINADO NAIPE, EM PODER DOS ADV:

N.º DE CARTAS NA POSSE DOS ADV	DISTRIBUIÇÕES POSSÍVEIS	PERCENTAGENS EM QUE OCORREM
2	1 – 1	52%
	2 - 0	48%
3	2 – 1	78%
	3 - 0	22%
4	3 - 1	50%
	2 - 2	40%
	4 - 0	10%
5	3 – 2	68%
	4 – 1	28%
	5 - 0	4%
6	4 – 2	48%
	3 – 3	36%
	5 – 1	15%
	6 - 0	1%
7	4 - 3	63%
	5 – 2	31%
	6 – 1	6%
	7 - 0	1%
8	4 – 4	33%
	5 – 3	47%
	6 - 2	17%

Não se assustem os leitores, pois não é necessário nem recomendável memorizar todos os números existentes na TABELA.

Bastará que tenham uma ideia das distribuições mais frequentes que poderá ser complementada pelo seguinte princípio:

Sempre que os ADV detenham um número ímpar de cartas num determinado naipe (3, 5 ou 7) as mesmas apresentar-se-ão divididas mais frequentemente de forma equilibrada, contrariamente ao que acontece quando os ADV possuem um número par de cartas (4, 6 ou 8), caso em que as distribuições mais frequentes são menos equilibradas.

A excepção a esta regra verifica-se para o caso dos ADV deterem duas cartas, dado que nesta situação elas serão mais frequentes nas distribuições 1 – 1.

Para os mais perfeccionistas vou ainda apresentar uma TABELA DAS PERCENTAGENS DA SITUAÇÃO DUMA CARTA ESPECÍFICA (CARTA D), que vos poderá interessar equacionar no cumprimento de um determinado contrato:

N.º DE CARTAS DUM NAIPE NA VOSSA LINHA	PERCENTAGEM DA SITUAÇÃO DA CARTA ESPECÍFICA (D)
10	26% D estará seca (13% à esquerda e 13% à direita)
	56% D estará à segunda
	22% D estará à terceira
9	12% D estará seca (6% à esquerda e 13% à direita)
	40% D estará à segunda (20% à esquerda e 20% à direita)
	38% D estará à terceira (19% à esquerda e 19% à direita)
8	6% D estará seca (3% à esquerda e 3% à direita)
	28% D estará à segunda (14% à esquerda e 14% à direita)
	40% D estará à terceira (20% é esquerda e 20% à direita)
	22% D estará à quarta (11% à esquerda e 11% à direita)
7	16% D estará à segunda (8% à esquerda e 8% à direita)
	36% D estará à terceira (18% à esquerda e 18% à direita)

Esta última TABELA é muito útil quando ao carteador se deparam situações como esta:

♥ARV10
N

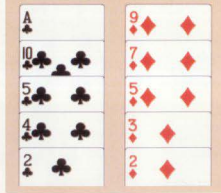
S
♥ XXX

Tem oito cartas em linha no naipe de ♥ quando lhe falta a D. Qual será a melhor maneira de jogar o naipe? Será que deve bater o A e o R à cabeça para ver se a D cai ou será que deve fazer a passagem à D, jogando para a sua localização em W (50%)?

Consultando a TABELA conclui-se que a D estará à segunda apenas em 28% das situações, pelo que a forma mais correcta de jogar será a de bater o A à cabeça e no caso da D não aparecer (6%) deverá jogar para a passagem, linha de jogo percentualmente mais forte do que seria a de bater o A e o R à cabeça (50% contra 28%).

Não se esqueçam de que muitas vezes a existência duma determinada voz por parte dos ADV ou a ausência dessa mesma voz ou uma hesitação poderão ser elementos que conduzam a uma decisão que será, na prática, mais eficaz que os mais complicados cálculos sobre distribuições prováveis...

Até ao próximo número! ■



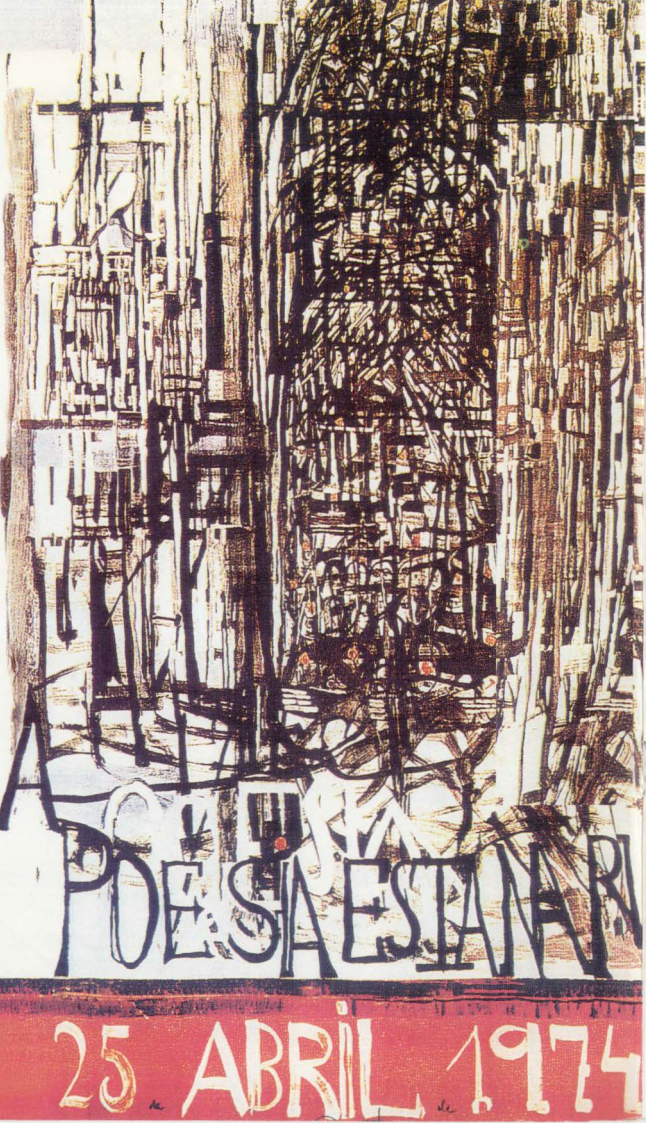
Poesia

A uma só voz se levantou
O grito libertário
De revolta
Contra a voz
predominante
Que se ouvia.

Foi um dia de cravos
e abraços
De respirar fundo
O ar purificado
Como se fosse o princípio
do mundo
E houvesse que descobrir
todas as coisas
Num dia
Numa hora
Num momento.

A urgência de tudo
Dá alento.

Abril chegou
na brisa violenta
Que derrubou o muro
das palavras egoístas
E os ímpios
Delinquentes
Que guardavam
no armário do silêncio
A nossa liberdade
apetecida.
Abril foi e é um hino
à vida.

E agora que Abril
Doce memória
Se perde entre as imagens
de uma História
Que os meus filhos
apenas estudarão
Dou comigo a vibrar
Naquele dia
Em que entre gritos
de alegria
Vivi um povo inteiro
a dizer NÃO.

António Manuel